

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR  
2016/2017**



**TIG**

**O COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE  
OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Cap Inf Ricardo Vieira Azevedo Estrela  
Cap Inf Tiago Fonseca Albuquerque  
Cap Art Bruno Miguel Lucas Machado  
Cap ADMIL Marco Paulo Castro Leite**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO  
TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**Cap Inf Ricardo Vieira Azevedo Estrela**

**Cap Inf Tiago Fonseca Albuquerque (Coordenador)**

**Cap Art Bruno Miguel Lucas Machado**

**Cap ADMIL Marco Paulo Castro Leite**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E

Pedrouços, 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO  
DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**Cap Inf Ricardo Vieira Azevedo Estrela**

**Cap Inf Tiago Fonseca Albuquerque (Coordenador)**

**Cap Art Bruno Miguel Lucas Machado**

**Cap ADMIL Marco Paulo Castro Leite**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E

Orientador: Major de Infantaria Lourenço Borges

Pedrouços, 2017



## **Declaração de compromisso Antiplágio**

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “**O Comando-Missão na campanha militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)**” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do **Curso de Promoção a Oficial Superior 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **03** de julho de **2017**

**Ricardo Vieira Azevedo Estrela**

---

**Tiago Fonseca Albuquerque**

---

**Bruno Miguel Lucas Machado**

---

**Marco Paulo Castro Leite**

---



## **Agradecimentos**

Ao nosso orientador, Major de Infantaria Lourenço Borges, docente e camarada de longa data, por todo o entusiasmo, apoio, orientação e disponibilidade demonstrada, indispensáveis à realização deste trabalho.

Ao Capitão de Infantaria na reforma, Armindo Marques, pelo valioso contributo que permitiu uma análise mais realista dos factos.

Uma palavra de apreço e agradecimento, às senhoras funcionárias da biblioteca do Instituto Universitário Militar (IUM) pela sua permanente disponibilidade e amabilidade, que em muito auxiliaram a realização do nosso trabalho de pesquisa sobre o tema em questão.



## Índice

Resumo .....	vii
Abstract.....	viii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	ix
Introdução.....	1
1. Revisão Bibliográfica .....	4
1.1. Conceito de Comando-Missão.....	4
1.2. Direção do Processo Operacional .....	5
1.3. Condução do Processo Operacional .....	7
1.4. O Sistema do Comando-Missão .....	8
1.5. Guerra de África .....	9
1.6. Caraterização do Teatro de Operação da Guiné-Bissau .....	11
1.7. Comandantes-chefes .....	12
2. Direção do Processo Operacional .....	14
2.1. Compreender (PMESII-PT).....	14
2.2. Visualizar (MITM-TC).....	15
2.3. Descrever (Intenção do Cmdt, Diretiva inicial de planeamento).....	15
2.4. Dirigir (Funções de combate, planos e ordens) .....	16
3. Condução do Processo Operacional .....	18
3.1. Planear e preparar .....	18
3.2. Executar .....	19
3.3. Avaliar .....	20
4. Sistema de Comando-Missão.....	21
4.1. Pessoal .....	21
4.1.1. Efetivos .....	21
4.1.2. 2º Comandantes, EM e Sargentos Adjuntos dos Comandantes: .....	21
4.1.3. Instrução e Treino .....	23
4.2. Redes.....	24
4.3. Sistemas de Informação .....	25
4.4. Processos e Procedimentos .....	26
4.5. Instalações e equipamentos.....	27
Conclusões.....	30
Bibliografia.....	32



## Índice de Anexos

Anexo A —	Ordem de Operações nº1/63 do Comandante-Chefe de 01 de agosto .....	Anx A-1
Anexo B —	Operação “Tridente” .....	Anx B-1
Anexo C —	Decreto-Lei n.º 43351 de 24 de novembro de 1960 .....	Anx C-1
Anexo D —	Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 23Dec66) .....	Anx D-1
Anexo E —	Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 02Ago70) .....	Anx E-1
Anexo F —	Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 07Jan73) .....	Anx F-1
Anexo G —	Ligações rádio com as colónias e ilhas (radiotelegrafia, radiotelefonía e radioteleimpressora).....	Anx G-1

## Índice de Apêndices

Apêndice A —	Entrevista com o Capitão Infantaria Armindo Marques .....	Apd A-1
--------------	---	---------

## Índice de Figuras

Figura 1 - Tarefas da função de combate Comando-Missão .....	5
Figura 2 - Processo Operacional.....	6
Figura 3 – Componentes do Sistema de Comando-Missão.....	8
Figura 4 – Mapa da Guiné com as principais linhas de infiltração da guerrilha, em 1961/63 .....	11
Figura 5 – Guiné-Bissau, divisão administrativa .....	12
Figura 6 – Ligações rádio na Guiné. ....	24
Figura 7 – Esquema básico das ligações rádio .....	25
Figura 8 – Agrupamento de Transmissões na Guiné (Bissau) .....	28
Figura 9 – Rádio NA/GRC-9.....	28
Figura 10 – Rádio STORNO .....	29

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Existência de EM e 2º Cndt nas diversas unidades (Comandos e UEB).....	23
---	----



## **Resumo**

O presente trabalho de investigação tem como objetivo geral compreender e identificar como era aplicado e conduzido o Sistema Comando Missão na Campanha Militar no Teatro de Operações de Guiné (1963-74), constituindo como modelo de análise os conceitos doutrinários que definem o Comando Missão na atualidade.

Para atingir o objetivo geral a que nos propomos, procedemos a uma abrangente e detalhada análise documental de documentos históricos bem como de uma diversa bibliografia publicada sobre o tema.

A investigação centrou-se em três pilares: a Direção do Processo Operacional, a Condução do Processo Operacional e Sistema do Comando-Missão, conduzido pelos Comandantes e seu Estado-Maior (EM).

Na conclusão do presente trabalho de estudo, e não obstante algumas diferenças resultantes do contexto da realidade à época, é possível afirmar que os conceitos de Comando Missão eram efetivamente empregues pelos Comandantes no Teatro de Operações da Guiné, na medida em que estes procediam à análise da situação e, conseqüentemente, à identificação do problema, como base para desenvolver a sua resolução e, assim, transmitir ao seu Estado-Maior o seu planeamento e orientações para a condução das operações, por forma a obter os resultados por si visualizados e expectados.

## **Palavras-chave**

Comando Missão, Comandante, Direção, Condução, Sistema, Processo Operacional.



## **Abstract**

*This research paper has the general objective to understand and identify how was applied and conducted the System of Mission-Command in Guinea Theater of Operations (1963-74)", using as analysis model the doctrinal concepts that define the Mission Command.*

*In order to fulfil the general objective that we proposed to, a large and detailed documental analysis on historical documentation was carried out, as well as on a diverse bibliography published on the theme.*

*The research focused on three of the pillars of the Direct Operational Process, Conduct Operational, and System of Mission-Command, led by the Commander and its general staff.*

*Upon the conclusion of the present research work, despite some differences resulting from the framework of that time and of nowadays, it is possible to state that the concept of the System of Mission-Command were effectively applied by the Commanders in Guinea Theater of Operations, since they proceeded to the analysis of the situation and, consequently, to the identification of the problem, as basis to develop its resolution and, subsequently, transmit to their General Staff the planning and guidance to conduct the operations, in order to achieve the visualized and expected results.*

## **Keywords**

*Mission Command, Commander, Direct, Conduct, System, Operational Process.*



### Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AO	Área de Operações
BEng	Batalhão de Engenharia
CAOP	Comando de Agrupamento Operacional
CCG	Comando Chefe da Guiné
CIM	Centro de Instrução Mobilizadores
COP	Comando Operacionais
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
CUF	Companhia União Fabril
EM	Estado-Maior
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FLING	Frente de Libertação para a Independência da Guiné
IAO	Instrução de Aperfeiçoamento Operacional
In	Inimigo
NT	Nossas Tropas
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLG	Movimento Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento de Libertação da Guiné e Ilha de Cabo Verde
MPLA	Movimento População Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QG	Quartel General
RepACAP	Repartição de Assuntos Cíveis e Ação Psicológica
RepPop	Repartição Assuntos da População
SME	Serviço Mecanográfico do Exército
STM	Serviço das Transmissões
TO	Teatro de Operações
UDC	União Democrática Cabo Verdiana
UEB	Unidade Escalão Batalhão



UNPG	União dos Naturais da Guiné Portuguesa
UPG	União Popular da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZA	Zona de Ação



## Introdução

O final da Segunda Guerra Mundial veio precipitar a pressão sobre o processo de descolonização, pressão essa que foi aumentando pelos vários atores internacionais, à medida que Portugal mantinha alguma dificuldade em negociar as suas posições.

No contexto do processo de descolonização e do conflito na Guiné, podem ser destacadas duas personalidades de relevo, que particularmente o marcaram: Amílcar Cabral e António de Spínola. A influência destes no Teatro de Operações da Guiné, nomeadamente no PAIGC e nas Forças Portuguesas, foi muito relevante, podendo afirmar-se que determinou a forma e o ritmo da Guerra naquele Teatro, possível de dividir em duas épocas distintas – antes de Spínola (1963 a 1968) e durante o mandato de Spínola (de 1968 a 1973).

Durante o período 1963-1968, foi conduzida uma guerra defensiva, mais orientada para a manutenção das posições no terreno do que para a conquista das populações, centrada, essencialmente, na reação às ações desencadeadas pelo PAIGC. Entre 1968 e 1972, foi vincada a convicção estratégica do General Spínola, com a introdução de uma forte componente política na sua forma de atuação, quer junto das populações, quer no que respeitou à negociação de uma resolução no conflito que se caracterizava por uma crescente africanização, com a criação de unidades de recrutamento local e um espírito de cariz mais ofensivo, assim como um novo conceito operacional. Neste período, as Forças portuguesas, comandadas pelo General Spínola, conseguiram manter o controlo e tomar a iniciativa no desenvolvimento de ações que o próprio terá, inclusivamente, classificado como “reagir para permanecer”.

Neste contexto, o objeto do estudo centra-se, essencialmente, na análise global do conflito neste Teatro, para depois derivar a análise para outros níveis do emprego tático, onde se insere a função de combate de Comando Missão, para se poder determinar se, nas ações desenvolvidas na Campanha Militar no Teatro de Operações da Guiné os Comandantes aplicaram a função Comando Missão, que resulta da evolução do termo de comando e controlo e personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu EM – o controlo (Department of the Army, 2012, p. iii).

Para alcançar o objetivo geral anteriormente definido, procuramos responder à Questão Central (QC): “Como foi empregue, à luz do conceito atual de Comando Missão, a arte do comando e a ciência do controlo durante a campanha Militar no TO da Guiné entre 1963 - 1974?”.



Para verificação da problemática de partida identificada, foram definidas três questões derivadas (QD), nomeadamente:

- QD1 - Como era caracterizada a Direção do Processo Operacional no TO da Guiné-Bissau?

- QD2 - De que forma era conduzido o Processo Operacional pelos Estados-Maiores no TO da Guiné-Bissau?

- QD3 - Quais as componentes que integravam o Sistema de Comando-Missão no TO da Guiné-Bissau?

Geralmente, a problemática de partida dos trabalhos de investigação científica é agregada a hipóteses exequíveis e possíveis de verificar. Não obstante, tal não foi realizado, na medida em que não se considerou pertinente a delimitação de hipóteses para o presente tema, considerando a sua subjetividade, complexidade e extensão em matéria de análise.

A estratégia de pesquisa adotada no desenvolvimento do presente trabalho baseou-se sobretudo nos volumes publicados pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1973) através dos livros da resenha histórico-militar das campanhas de África 1961-1974. A relevância desta publicação encontra-se nos seus autores, todos eles ex-militares que viveram de perto o período das campanhas de África, e por isso com relatos bastante pessoais e realistas.

No que concerne a metodologia, foi aplicada a proposta por Quivy e Campenhoudt, vertida na Obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (1995), adotada pelo Instituto Universitário Militar, tendo o estudo sido baseado, essencialmente, em documentação histórica relevante, com primazia para a documentação de origem operacional e tática, nomeadamente planos e ordens, bem como relatos pessoais documentados de intervenientes. No seguimento da investigação, foram elaborados os indicadores a observar, a fim de permitir a validação das respostas às QD.

Nesta senda, no primeiro capítulo do trabalho, encontra-se exposta a literatura relevante objeto de análise, com explanação dos conceitos doutrinários e da situação global dos conflitos em África e do contexto concreto do Teatro de Operações da Guiné, bem como a indicação da metodologia seguida na investigação e do modelo de análise utilizado. No segundo, terceiro e quarto capítulo, foi abordada a Direção do Processo Operacional, a Condução do Processo Operacional e o sistema de Comando Missão, à luz do conceito doutrinário de Comando-Missão na sua aplicação prática no TO da Guiné, bem como a



metodologia utilizada na investigação e o modelo de análise adotado. No final foi possível tirar pertinentes conclusões sobre a temática estudada.



## 1. Revisão Bibliográfica

### 1.1. Conceito de Comando-Missão

O conceito de Comando-Missão resulta da evolução do termo de comando e controlo, que personifica o desenvolvimento de uma ação individual do Comandante – o comando – e o envolvimento de toda a força no desenrolar das operações, nomeadamente o Comandante e o seu EM – o controlo (Department of the Army, 2012, p. iii). Este termo, não enfatizava a necessidade crescente de uma compreensão do ambiente caracterizado pela complexidade, bem como não relevava o papel do Comandante na composição, configuração e articulação de equipas conjuntas, interagências, intergovernamentais, seja num ambiente exclusivamente nacional ou combinado (EME, 2012, pp. 2-25).

A introdução do conceito alemão *Auftragstaktik*<sup>1</sup>, acrescentou à figura do Comandante, uma liderança descentralizada que estimulava a iniciativa dos diversos escalões de comando que poderiam influenciar diretamente os eventos no campo de batalha (Shamir, 2011, pp. 3, 4). Esta ideologia proveniente da cultura militar Prussiana, pressupõe uma relação de confiança dos Comandantes para com os seus subordinados, por forma a que estes agissem de forma criativa, tendo liberdade de decisão na escolha de modalidades de ação relativas a situações imprevisíveis (Shamir, 2011, pp. 3, 4).

Atualmente o Comando-Missão surge como uma função de combate, que, segundo a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00, é um grupo de tarefas e sistemas (pessoal, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino (EME, 2012, pp. 2-25). O Comando-Missão como função de combate, desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao comandante o equilíbrio entre a arte do comando e a ciência do controlo, atribuindo um objetivo às restantes funções de combate (Movimento e Manobra, Fogos, Informações, Proteção e Apoio de Serviços), integrando-as (Department of the Army, 2012, pp. 3-1)

O Comando-Missão expressa assim a arte do comando e a ciência do controlo. “A arte do comando é o exercício criativo e competente da autoridade exercida através do processo de decisão e da liderança” (EME, 2012, pp. 2-26). Sendo uma arte, depende do julgamento

---

<sup>1</sup>A tradução mais aproximada consiste em “ordens tipo-missão”, pressupõe a conduta das operações através da execução descentralizada. Através das “ordens tipo-missão” os Comandantes nos mais baixos escalões, tinham liberdade para, ao seu nível, tomar as decisões que achassem mais convenientes ou necessárias, tirando proveito sempre que oportunidades favoráveis surgissem (Department of the Army, 2012, p. v)

do Comandante em ações de delegação, tomada de decisão, determinação de graus de comando e controle e afetação de recursos. A proficiência da tomada de decisão vai aumentando ao longo dos anos, fruto da formação adquirida, desenvolvimento pessoal e experiências de treino e operacionais (Department of the Army, 2012, pp. 2-5).

O controlo, apresenta a vertente científica do Comando-Missão, dependente da objetividade, dos factos e da análise e de métodos empíricos. O controlo como ciência inclui assim os sistemas de execução, bem como os procedimentos que auxiliam o Comandante na compreensão e tomada de decisão. O Comandante e o seu EM, utilizam a ciência do controlo para mitigar as limitações físicas e de procedimentos, que as unidades enfrentam aquando do seu emprego. A ciência do controlo apoia assim, a arte do Comando (EME, 2012, pp. 4-1).

As tarefas da função de combate Comando-Missão, ilustradas na Figura 1, comprovam o papel a desempenhar pelo Comandante e o seu EM na condução e integração das restantes funções de combate. O Comandante assume o papel central de liderar o EM na execução das suas tarefas. O EM por sua vez, apoia o Comandante no cumprimento das suas tarefas primárias (EME, 2012, pp. 2-26).

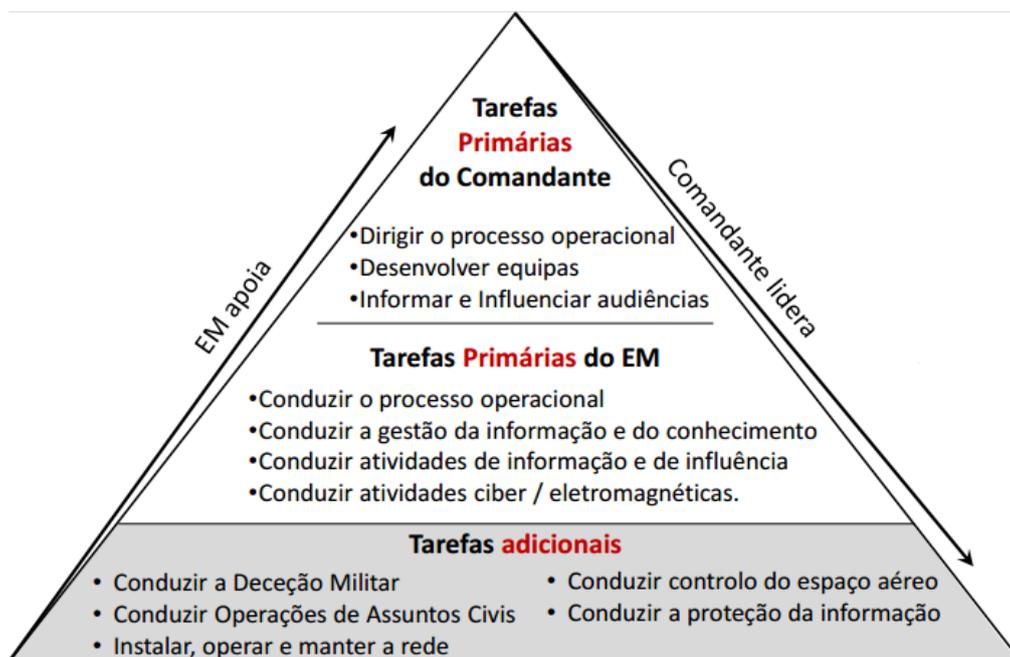


Figura 1 - Tarefas da função de combate Comando-Missão.

Fonte: (Department of the Army, 2012, pp. 3-2).

## 1.2. Direção do Processo Operacional

O Comandante, através da arte do Comando, executa quatro tarefas no Comando-Missão.

- Dirigir o processo operacional:

Dirigir, coloca o Comandante no centro do processo operacional, combinando a arte do comando e a ciência do controlo, orientados pela sua experiência, conhecimento, educação, aptidões e intuição, utilizando a liderança para traduzir as suas decisões em ação (EME, 2012, pp. 3-3).

- Compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar:

Os Comandantes compreendem o problema e visualizam o estado final desejado, a natureza e a conceção operacional da operação, Figura 2. Descrevem o tempo, espaço, recursos, finalidade e ação, dirigem as funções de combate, lideram e avaliando continuamente as operações (EME, 2012, pp. 3-3).



Figura 2 - Processo Operacional.

Fonte: (EME, 2012, pp. 3-4).

- Desenvolver equipas dentro de formações modulares:

No início da condução do Processo Operacional, com a integração das várias organizações presentes na operação. Estas organizações podem ser forças conjuntas, interagências, organizações intergovernamentais, bem como organizações não-governamentais (EME, 2012, pp. 3-11).

- Conduzir atividades de informação e de influência:

Esta condução é efetuada através do estabelecimento e sincronização das ações com temas e mensagens de informação para alcançar o estado final desejado. A posse e uso adequado da informação permite moldar o ambiente operacional e potenciar os efeitos do sucesso na luta contra os esforços de informação do inimigo (In) (EME, 2012, pp. 3-12).



### 1.3. Condução do Processo Operacional

O Comandante lidera as tarefas do EM apoiado no controlo, já descrito anteriormente. As três tarefas do EM são (EME, 2012, pp. 4-1 a 4-16):

- Conduzir o processo operacional, através da execução das seguintes atividades:
  - Planear, envolve a compreensão e delimitação do problema e o estabelecimento do estado final desejado;
  - Preparar, consiste na execução de atividades com a finalidade de melhorar a capacidade para executar uma operação;
  - Executar, é colocar um plano em ação através da aplicação do potencial de combate para cumprir a missão, avaliar e introduzir os ajustamentos necessários no decurso das operações;
  - Avaliar, é a ação de monitorização contínua da situação corrente, especialmente do In ou adversário e da evolução da operação.

- Conduzir a gestão do conhecimento e da informação:

A gestão do conhecimento, consiste na arte de criar, organizar, aplicar e transferir conhecimento, a fim de facilitar a compreensão situacional e a consequente tomada de decisão (EME, 2012, pp. 4-10).

Por sua vez, a gestão da informação assume-se como uma ciência, por fazer uso de procedimentos e sistemas de informação para receber, processar, analisar, armazenar e proteger todos os produtos do conhecimento, sejam eles dados ou informações e disseminação de informações protegidas, importantes para o Comandante e EM (EME, 2012, pp. 4-12).

- Conduzir atividades de informação, de influência e ciber/eletromagnéticas:

Esta tarefa não se foca apenas no adversário, mas abrange todas as audiências do ambiente da informação: amiga, neutral e adversária (EME, 2012, pp. 4-13).

Relativamente às atividades de informação e influência, desenvolvem-se sob duas linhas de esforço: a linha de esforço da informação (com a finalidade de fornecer informações às audiências nacionais e estrangeiras para descrever precisamente as operações, através das relações públicas) e a linha de esforço da influência (que visa alterar efetivamente as atitudes, opiniões e comportamentos de audiências estrangeiras amigas, adversárias e inimigas para apoiarem as operações, através da decepção militar) (EME, 2012, pp. 4-13. 4-14). As atividades ciber/eletromagnéticas



compreendem as armas combinadas para as operações num domínio do ciberespaço e num espectro eletromagnético, sendo a responsabilidade da sua sincronização, do Oficial de Guerra Eletrónica, que as integra nas funções de combate fogos, proteção e informações (EME, 2012, pp. 4-15).

#### 1.4. O Sistema do Comando-Missão

Para uma condução eficaz na direção do Processo Operacional, o Comandante necessita da aplicação coordenada de pessoal, redes, procedimentos, infraestruturas e equipamentos, gestão de conhecimento e gestão de sistemas de informação (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

Para isso, os Comandantes organizam o sistema de Comando-Missão (Figura 3) para apoiar o processo de tomada de decisão; recolher, criar e preservar informação para apoiar a os Comandantes na compreensão e visualização do ambiente operacional; preparar e difundir diretivas e criar meios facilitadores na comunicação, colaboração e funcionamento de equipa (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

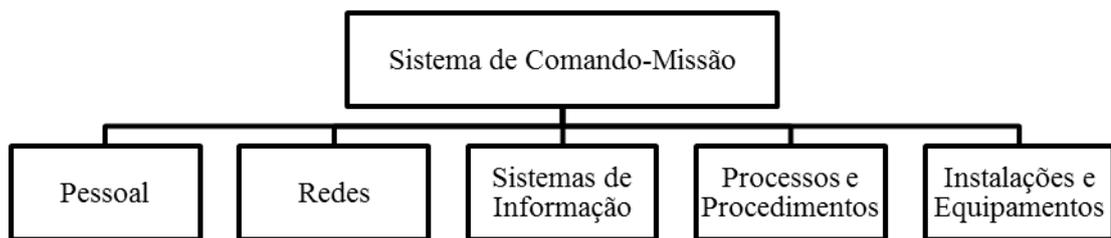


Figura 3 – Componentes do Sistema de Comando-Missão.

Fonte: (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

O Sistema de Comando-Missão tem na componente do Pessoal, a base de um sistema eficaz. A eficácia desta componente depende da capacidade de todos os intervenientes do sistema, executarem as missões atribuídas de acordo com a intenção do Comandante e não com a tecnologia. A base da eficácia da componente do Pessoal, assenta na instrução, treino, 2º Comandantes, Estados-Maiores e Sargentos Adjuntos do Comandante (Department of the Army, 2012, pp. 3-8).

As Redes, genericamente consistem num grupo de objetos interligados entre si com um objetivo definido. Com as Redes, o Comandante dissemina ordens e controla Forças (Department of the Army, 2012, pp. 3-10).



Os Sistemas de Informação consistem em equipamentos que recolhem, processam, armazenam e disseminam informação de acordo com as necessidades de informação do Comandante, permitindo que o seu EM conduza um planeamento colaborativo (Department of the Army, 2012, pp. 3-10).

Os processos e procedimentos utilizados pelo Comandante e EM, consistem em ferramentas padronizados e sequenciais, que enunciam tarefas específicas a executar para alcançar um estado final desejado. Damos como exemplo o processo de decisão militar (Department of the Army, 2012, pp. 3-10, 3-11).

As instalações e equipamentos resumem-se aos meios físicos (fixos ou móveis) que servem de base para operar um Posto de Comando (Department of the Army, 2012, pp. 3-11).

### 1.5. Guerra de África

No final da Segunda Guerra Mundial, destacam-se na cena internacional dois atores, os EUA e a URSS. Ambos os países, agem estrategicamente no sentido de disporem de áreas de influência mundial. Ambos procuram alargar e consolidar a sua área de interesse e influência em todos os continentes. Neste sentido, o domínio da África configurava-se como essencial para alcançar uma hegemonia mundial (Policarpo, 2006, p. 12).

Em 1945 decorre em Manchester o *V Congresso Pan-Africano*, onde o seu fundador, Kwame Nkrumah, afirma inequivocamente que a única solução para o problema colonial passa pela independência total dos seus povos. Porém, o acontecimento de maior relevo foi a realização da *Conferência de Bandung* na Indonésia em abril de 1955. O seu propósito era auxiliar e mobilizar as colónias africanas no sentido de tomarem em mãos os seus próprios destinos. No final, os países signatários declaram a aceitação plena da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (Policarpo, 2006, p. 13). Em dezembro de 1957 a URSS faz-se representar na Conferência do Cairo, iniciando a “penetração” russa no continente africano, auxiliando as condições necessárias ao aparecimento de novos movimentos, prestando-lhes o apoio necessário em termos político-ideológico, financeiros e militar (Policarpo, 2006, p. 14).

A *Conferência de Bandung* originou a criação de diversos movimentos de libertação nos territórios sob a administração portuguesa. Desta forma, o Senegal apoiou a criação da *União Popular da Guiné* (UPG) em 1958, da *União Democrática Cabo Verdiana* (UDC) em 1959, do *Movimento de Libertação da Guiné* (MLG) em 1961 e da *União dos Naturais*



da *Guiné Portuguesa* (UNGP) em 1962. Por outro lado, a República da Guiné-Conakri apoiou a fundação do *Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde* (MLGCV) em 1959. Muitos destes movimentos posteriormente reagruparam-se. Em 1962, existiam apenas dois movimentos, o chamado *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC) e a *Frente de Libertação para a Independência da Guiné* (FLING). Ambos procuraram criar condições político-militares, que lhes permitissem desencadear um conjunto de ações necessárias com vista à expulsão da administração portuguesa da colónia. Contudo, foi o PAIGC aquele que melhor conseguiu implementar no território uma organização administrativa revolucionária, investindo estrategicamente na mentalização ideológica da população local. O seu fundador, Amílcar Cabral, acreditava que se a guerra viesse a acontecer, seria centrada no confronto de culturas mais do que na inimizade dos povos (Policarpo, 2006, p. 45).

Os primeiros sinais de instabilidade ocorrem em agosto de 1959 em Pidjiguiti com o apoio à distância do PAIGC ocorre uma greve dos trabalhadores da Companhia União Fabril (CUF), tendo a mesma terminado com a morte de cinquenta trabalhadores. Após estes acontecimentos, o PAIGC recebe vários apoios financeiros e militares de diferentes países. A 23 de janeiro de 1963 o PAIGC inicia a luta armada (Figura nº4), levando a cabo um ataque armado contra a guarnição portuguesa localizada em Tite, a sul do rio Geba. Este cenário era considerado inevitável pelas forças portuguesas, a única surpresa residia no facto de o grupo armado do PAIGC evidenciar um padrão de organização e treino militar superior ao do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Policarpo, 2006, p. 61). Este acontecimento em Tite marca o arranque da guerra na Guiné Bissau, que irá decorrer até 1974.



Figura 4 – Mapa da Guiné com as principais linhas de infiltração da guerrilha, em 1961/63.

Fonte: (Matos, 2015, p. 943).

### 1.6. Caracterização do Teatro de Operação da Guiné-Bissau

A Guiné está situada na costa ocidental de África, em plena zona tropical. A sua capital é Bissau, que fica a cerca de três mil e trezentos quilómetros da capital do império Lisboa. O país tem uma configuração triangular, ficando encravado entre o Senegal, a norte, e a República da Guiné (Conakri), a este e a sul. A Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico (CECA, 1989, p. 17).

As suas fronteiras compreendem uma pequena componente fluvial, apoiando-se em pequenos troços do rio Corubal. A maioria da sua fronteira é terrestre, com uma extensão de cerca de 680 km, sendo que destes 300 km separam o território da Guiné com o Senegal e 380 km com a República da Guiné. O seu território compreende ainda uma parte continental e uma insular. No primeiro caso, inclui as ilhas de Jeta, Pecixe, Bissau, Bolama, Como e Melo, sendo que todas elas ficam separadas da plataforma continental. A parte insular, é separada pelos canais do Geba, de Pedro Álvares e de Canhambaque. Engloba ainda, as várias dezenas de ilhas do arquipélago dos Bijagós, sendo que se encontram ligadas entre si por uma plataforma subaquática com menos de vinte metros de profundidade, o que dificulta a navegação de navios de médio e longo calado (Figura nº5). A sua superfície tem uma extensão de cerca de 301.800 quilómetros, sendo que destes apenas noventa por cento



permanecem emersos, os restantes encontram-se inundados na maior parte do ano, em consequência do regime das marés (Policarpo, 2006, p. 35).

No que concerne à população, em 1960 o número de habitantes era de 525.437, sendo que a densidade populacional era de 15 habitantes por km<sup>2</sup>. Esta densidade populacional era largamente superior a todos os outros territórios ultramarinos. Destes habitantes a maioria vivia nos aglomerados urbanos de Bissau, Bolama, Bafatá Farim, Bissorã, Teixeira Pinto, Mansoa e Nova Lamego. Existia um elevado número de etnias sendo que os Balantas e os Fulas eram os povos mais numerosos. Existiam ainda outras etnias, menos numerosos, tais como os Manjacos, os Mandingas, os Papéis e os Bijagós (Policarpo, 2006, p. 38).



Figura 5 – Guiné-Bissau, divisão administrativa.

Fonte: (CECA, 1989, p. 58).

### 1.7. Comandantes-chefes

Como vimos anteriormente, os primeiros sinais do conflito ocorrem em 1961. Perante os acontecimentos ocorridos nesta altura, Lisboa mantém como Governador e Comandante Chefe da Guiné Peixoto Correia, que se encontrava nestas funções desde finais de 1958.



Após a sua saída em finais de 1962, o governo de Lisboa opta por separar os dois cargos, nomeando para Governador da Guiné o Comandante Vasco Rodrigues e para Comandante Chefe o Brigadeiro Louro de Sousa. Esta separação resultou numa confrontação entre os dois militares, que não se entendiam quanto à sua esfera de competências. Segundo José Matos no seu artigo publicado na *Revista Militar*, afirma que “*Esta incompatibilidade, e ao mesmo tempo, um certo vazio estratégico, uma falta de capacidade de reação, foram os principais fatores para o avanço militar do PAIGC, em 1963, especialmente no sul do território, usando o país vizinho, a República da Guiné, como base de apoio*” (Matos, 2015, p. 944).

A 8 de maio de 1964 é nomeado Governador Geral e Comandante Chefe da Guiné o Brigadeiro Arnaldo Schulz, tendo a sua ação sido caracterizada por uma manobra muito convencional de ocupação do território com unidades de quadrícula, tendo por base o Batalhão, tendo sido conduzida uma guerra defensiva, cujo pilar estava assente na manutenção das posições no terreno (Afonso & Gomes, 2000, p. 484).

Em 1968 Arnaldo Schulz foi substituído em ambas as funções pelo Brigadeiro António de Spínola. Após a sua nomeação, Spínola reuniu-se com o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, onde apresentou as suas ideias para a Guiné. Neste encontro, o Brigadeiro propôs iniciar na Guiné o processo de desenvolvimento económico da província, em sintonia com a promoção social e cultural dos guineses, a fim de os preparar para assumirem as suas responsabilidades na administração local, num quadro de igualdade com os portugueses metropolitanos. Esta política desenvolvida por Spínola, provocou a adesão por parte dos africanos, anulando desta forma as motivações de subversão e furtando ao PAIGC o elemento essencial a população (Abreu, et al., 1994, p. 70).

Após a cessação de funções do Brigadeiro Spínola, é nomeado a 25 de agosto de 1973 o General Bettencourt Rodrigues, que seria o novo Governador e Comandante Chefe da Guiné até ao dia 26 de abril de 1974, tendo sido forçado, pela representação do Movimento das Forças Armadas (MFA), a abandonar a Guiné. A conduta desenvolvida pelo General Rodrigues foi idêntica à de Spínola. Procurou realizar uma política de progresso para a Província e de promoção da sua população, através do fortalecimento dos órgãos do poder local, exigir respeito pelas instituições tradicionais e a dignificação e o prestígio dos chefes naturais (Abreu, et al., 1994, p. 83).



## 2. Direção do Processo Operacional

### 2.1. Compreender (PMESII-PT)

No que diz respeito à função do Comandante de um TO, e no desenrolar de todo o tipo de operações, a direção do processo operacional, nomeadamente na sua fase compreensão, à luz da doutrina atual é apoiada nas variáveis operacionais, Política, Militar, Económica, Social, Informações, Infraestruturas, Ambiente Físico e Tempo Disponível.

Para validação do presente trabalho, é necessário aferir acerca da compreensão que o Comandante detinha do TO, e, caso existisse, qual a sua implicação nas atividades de planeamento e posteriormente nas operações militares.

A compreensão do ambiente operacional, tendo em consideração o Regulamento de Campanha Informações do EME (1966), era claramente um esforço nesse período e consequentemente de qualquer Comandante, pois a análise e interpretação dos fatores de natureza política, económica, sociológica e psicológica tinham especial atenção e importância.

A afirmação do General António Spínola em altura da sua tomada de posse é esclarecedora do conhecimento e da intenção que o mesmo detinha acerca das diferentes variáveis e situação atual da Guiné-Bissau, expressando a vontade para que a sua missão fosse “integralmente cumprida a bem do progresso económico da província da Guiné, em justo equilíbrio com a promoção social e cultural da sua população” (Rezola, 2004, p. 80).

No que diz respeito à variável política, as intenções e expectativas do Governador da Guiné eram claras, tendo em consideração as reuniões diplomáticas que realizou com o PAIGC mesmo contra a vontade política da metrópole (Lisboa). Alguns fracassos diplomáticos nas conversações com o PAIGC não o impediram de engendrar novas formas de diálogo, pensando na possibilidade de utilização do presidente Senegalês, Leopold Senghor, como mediador e plataforma de entendimento para um possível cessar-fogo e início de novas conversações (Rezola, 2004).

A compreensão estratégica e a visão da grande problemática deste TO por parte do seu Comandante-Chefe eram evidentes, tendo em consideração os dois vetores fundamentais que foram estabelecidos, uma reestruturação da intervenção militar e o início de uma política de aproximação às populações. O vetor social foi implementado através da criação dos congressos do povo, onde o General Spínola convocava os principais líderes tribais no sentido de perceber as principais preocupações dos mesmos e problemas a resolver, dando voz e audiência aos chefes tribais, sendo este facto afirmado por alguns autores como a estratégia mais revolucionária por parte de Spínola na Guiné (Rezola, 2004).



## 2.2. Visualizar (MITM-TC)

A visualização é uma das fases da Direção do Processo Operacional, normalmente utilizada pelo Comandante alicerçada no estudo e compreensão das variáveis de missão (Missão, In, Terreno e Condições Meteorológicas, Meios, Tempo Disponível e Considerações de Âmbito Civil).

Através da análise do Regulamento Campanha Informações (EME, 1966, p. 11) foi possível deduzir que o estudo do ambiente operacional era efetuado, “(...) se bem que nem todos os fatores que caracterizam o ambiente operacional influenciem, necessariamente e de igual forma, todas as operações, estas são sempre afetadas pela missão, natureza do conflito, forças inimigas, características da área de operações e natureza e estrutura das forças amigas.”.

No seio do Processo Operacional, a visualização por parte do Comandante do ambiente operacional e a perceção do estado final desejado é efetivamente uma fase preponderante do planeamento. Desta forma, a Operação Tridente foi uma das mais importantes realizadas nos TO da Guerra de África. A perceção pelo Comandante militar Português da importância da região de Como, Ilha de Caiar, Ilha de Como e Ilha de Catunco, como relevante base logística e um ponto de apoio para as linhas de reabastecimento dos guerrilheiros do PAIGC, são fatores efetivamente reveladores dos estudos efetuados e da visualização do estado final desejado por parte dos Comandantes (Afonso & Gomes, 2000).

## 2.3. Descrever (Intenção do Cmdt, Diretiva inicial de planeamento)

A fase de descrição desenvolvida pelos Comandantes, pode ser definida como uma das etapas fundamentais do processo operacional e que mais contribuí para a eficácia da ação de comando e para o cumprimento das missões, sendo nesta etapa que o comandante emana qual a sua intenção e diretiva que limita o planeamento subsequente do seu Estado-Maior.

Importa nesta fase mencionar que da vasta bibliografia consultada, todas as diretivas emanadas pelos Comandantes, nomeadamente as diretivas do Comandante-Chefe, eram constituídas de um capítulo específico onde o Comandante descrevia qual a sua intenção primordial no desenrolar das operações. Como exemplo, é possível mencionar a Diretiva n.º 1 do Comandante-Chefe de 16 de abril, sendo que a intenção era clara e inequívoca, passando pela atuação da força nos pontos prováveis de localização do In, recolha de informações,



realização de ações de limpeza de zonas e na ocupação do dispositivo de proteção a fim de facilitar a execução de uma segunda fase de operações (CECA, 2014, p. 94).

No âmbito das operações, numa componente mais tática, esta situação também era observada, demonstrando desta forma a importância que os Comandantes depreendiam da necessidade de transmitir a sua intenção para o cumprimento das missões e do balizar do campo de estudo ao seu EM no planeamento das mesmas. Exemplo disso, está a Ordem de Operações n.º 1/63 do Comandante-Chefe de 01 de agosto (Anexo A), em que a intenção do Comandante é clara e precisa no parágrafo 3. Execução (CECA, 2014, p. 113).

É imprescindível perceber que a difusão da intenção inequívoca dos Comandantes-Chefes, nesta fase da Direção do Processo Operacional, foi contínua e desenvolvida pelos quatro Comandantes que desempenharam esta função no TO da Guiné.

#### **2.4. Dirigir (Funções de combate, planos e ordens)**

A função de direção das operações era exercida pelos Comandantes através da difusão de diversos planos e ordens. Como exemplo claro dessa situação encontra-se o planeamento detalhado da Operação Tridente (Anexo B) (Afonso & Gomes, 2000).

Esta fase, como última da Direção do Processo Operacional, era exercida sobretudo por meio dos planos e ordens, especificando e detalhando as missões por funções de combate.

O enquadramento legislativo neste período, já refletiva a necessidade de ser o Comandante a entidade primeiramente responsável pela preparação e difusão de planos e ordens para a realizações de operações militares, ou seja, a função de direção primária das operações militares. Esta situação é claramente perceptível através da leitura e compreensão do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 43351 de 24 de novembro de 1960 (Anexo C), onde está legalmente constituído o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG) e são atribuídas as principais funções aos Comandantes das Regiões Militares (CECA, 2014, p. 55).

Ressalvar ainda a importância da Diretiva n.º 13 de 26 de maio de 1961, apesar de ainda estar longe o início das operações militares propriamente ditas, já nesta altura se percebia que poderiam acontecer incursões sobre a fronteira e sublevações no interior da Guiné, o que se verificou efetivamente (CECA, 2014, p. 62). Esta informação é de extrema importância, no sentido de perceber a mais valia de um planeamento adequado e uma direção clara e precisa.



Ao longo de todo o período histórico das campanhas de África, a prática da difusão de planos e ordens de operações foi recorrente e cada vez mais importante e um excelente apoio na função de direção dos Comandantes que foram passando pelo TO da Guiné. Um excelente exemplo desta continuidade é a número de Diretivas determinadas pelos Comandantes-Chefes no ano de 1973 (Gen Spínola e o Gen Bethencourt Rodrigues), sendo que o primeiro mandou publicar 26 e o segundo 3 (CECA, 2015, p. 257).



### 3. Condução do Processo Operacional

#### 3.1. Planear e preparar

Ao longo do conflito, a organização e implementação das forças no território foram sofrendo alterações. Em 1962, o TO encontrava-se dividido em quatro Zonas (CECA, 1989, p. 61).

- O Comando da Zona de Ação (ZA) de Bissau, tinha um Pelotão destacado em Quinhamel;
- Na ZA de Tite, estavam companhias sediadas em Fulacunda, Bedanda e Buba, que destacavam pelotões para outras povoações;
- Na ZA de Bafatá, a de menor densidade populacional, as companhias estavam sediadas em Nova Lamego e Bafatá, destacando pelotões para outras povoações;
- Na ZA de Bula, com pelotões sediados em Teixeira Pinto e Mansoa, que destacavam pelotões para toda a ZA.

Durante o período em que o Brigadeiro Schulz a sua conduta materializou-se de uma forma muito convencional de ocupação do território com unidades de quadrícula. O CTIG foi dividido em três setores de Comando de Agrupamento (oeste – leste – sul) e um setor de Comando de Batalhão, ficando este responsável pela capital e zonas limítrofes. Os setores dos Agrupamentos, foram divididos em três setores de Comando de Batalhão, contudo, o esforço desenvolvido no setor a oeste originou a implementação de mais três setores de Comando de Batalhão, tendo os mesmos sido criados a título temporário (Anexo C). As forças de companhia, quarenta e oito, encontravam-se distribuídas em quadrícula, tendo cada uma delas responsabilidade por um setor territorial. O planeamento era focado tendo por base as variáveis de missão: terreno, In, meios e a missão que deveria ter sempre presente a necessidade de destruir os bandos armados In ou na pior das hipóteses os seus meios de ação. A cada Comando era exigido que orientassem e dessem aos Comandos subordinados alguma liberdade de ação no planeamento e na execução de operações. Deveriam impulsionar os menos ativos orientando-os para que atuassem sobre as áreas dos objetivos In. A melhor solução, seria a obtenção dos Comandos das Companhias um planeamento semanal da atividade operacional prevista, inserindo depois a atividade ao nível do Batalhão. Para a execução de operações no TO, era sempre difundida, por parte do CTIG, uma ordem de operações atribuindo a um determinado Batalhão o comando da operação, qual a situação particular (In, população, ZA e nossas tropas (NT)), qual a sua missão (não cumprindo com



a doutrina em vigor nos dias de hoje: Quem, o quê, quando, onde e para quê) e qual a constituição da força para o cumprimento da missão (CECA, 2015, pp. 124-142).

Em 1968, com o novo Comandante-Chefe General Spínola, surgiram profundas alterações no dispositivo e nos procedimentos, adotando um conceito de centralização (CECA, 1989). O Comandante-Chefe, passa a dirigir diretamente as operações, ficando o CTIG responsável pelo planeamento e execução do apoio logístico (Transmissões, 2008). São criados os Comandos de Agrupamento Operacional (CAOP) e os Comandos Operacionais (COP) (Anexo D). Os primeiros correspondiam aos setores e tinham como finalidade dinamizar ações locais, ao invés de alterar limites ou forças, tal intenção é expressa na Diretiva n.º 70/69 do Comandante-Chefe de 18 de agosto, e os segundos às zonas de ação dos Batalhões, estes dispunham de uma estrutura de comando mais leve e flexível, nomeadamente na área da logística. Foram ainda criadas zonas de intervenção do Comando Chefe da Guiné (CCG), nomeadamente em locais de forte presença do PAIGC. Para concretizar a sua manobra psicológica, criou no seu EM duas repartições: A Repartição de Assuntos Cíveis e Ação Psicológica (RepACAP) e outra destinada para Assuntos de Populações (RepPop), tendo nomeado para estas duas repartições oficiais da sua inteira confiança (Afonso & Gomes, 2000, p. 482). Durante a sua permanência na Guiné, foram por si difundidas diversas diretivas operacionais com indicações sobre remodelação do dispositivo militar e determinando as missões dos Batalhões, dos COP e dos CAOP, permitiam aos diversos militares que integravam o EM das suas unidades efetuarem o respetivo planeamento por forma a cumprir com as indicações emanadas pelo Comandante Chefe (CECA, 2015, pp. 143-273).

A partir de agosto de 1973 a situação não era muito diferente da altura de Spínola. Neste ano quem desempenhava estas funções era o General Rodrigues. Manteve as chamadas zonas de intervenção do CCG, o TO continua dividido em zonas, oeste, leste, sul, Bijagós e Bissau, por fim, existem mais dois órgãos de comando operacional de escalão agrupamento (Anexo E). Através da difusão de diretivas, o General Rodrigues transmitia as suas ordens ao EM das suas unidades (CECA, 2015, pp. 245-250 e 421-424).

### 3.2. Executar

Até 1968 e derivado da organização das forças opositoras, a execução da atividade operacional das forças portuguesas deveria ser cuidada. Aos mais baixos escalões, a preocupação estava focada no treino das tarefas críticas, nomeadamente: Progressões,



execução e disciplina de tiro, conhecimento dos sinais de combate e preocupações contra minas e armadilhas. Além disso, havia ainda a preocupação para cada formação a existência de um sistema rápido que permitisse controlar todo o efetivo, a fim de detetar a falta de algum elemento e caso necessário proceder à sua busca. Cada força deveria estar articulada em grupos de assalto, apoio, busca e proteção (CECA, 2015, pp. 124-142).

No período em que Spínola esteve na Guiné e após o seu regresso a Portugal, as zonas de intervenção do comandante chefe só as forças de operações especiais realizavam operações de curta duração, de grande violência, com o apoio da artilharia e da aviação. O aspeto mais relevante do conceito de organização e emprego de forças que Spínola idealizou, residia na importância decisiva que atribuiu às unidades africanas dentro do seu conceito de desenvolvimento político dos territórios ultramarinos, tendo sido utilizadas na ação dinâmica de contraguerrilha. Às unidades metropolitanas ficavam destinadas tarefas estáticas e de apoio. Spínola articulou a sua manobra em três vetores: cortar os eixos de reabastecimento e apoio aos guerrilheiros, subtrair ao controlo do PAIGC as populações e atacar a guerrilha nas suas zonas libertadas (Afonso & Gomes, 2000, pp. 482-501).

### 3.3. Avaliar

Após a realização das missões, era elaborado pela 3ª Repartição do Quartel General (QG) do CTIG um relatório, cuja designação era de *ensinamentos colhidos*, onde era apresentado ao Comandante chefe qual a missão executada, em que período foi realizada e em que local. Este documento, apresentava um conjunto de lições identificadas para os mais baixos escalões, tais como, possíveis locais para instalação das bases de patrulhas, como deveriam estar organizadas as Companhias e principalmente que não existiam pontos inacessíveis às nossas forças. Noutros ensinamentos colhidos, é possível encontrar outro tipo de informação referente ao In (CECA, 2015, pp. 124-142). No que concerne à avaliação dos EM dos Batalhões, não foi encontrado nenhum relatório ou documento que nos permitisse analisar as respetivas repartições.

Por outro lado, e durante a sua permanência na Guiné, Spínola dedicou maior parte do tempo a levantar o moral dos combatentes, através de visitas a todos os destacamentos, preocupando-se acima de tudo com o bem-estar dos soldados, principalmente daqueles que combatiam. Tornou-se conhecido por aparecer nos locais mais expostos e onde se travavam as batalhas mais renhidas. Foi considerado um dos operacionais mais corajosos do TO da Guiné (Vaz, 2003, p. 49).



#### **4. Sistema de Comando-Missão**

##### **4.1. Pessoal**

###### **4.1.1. Efetivos**

No início da campanha, havia apenas um Destacamento do Serviço de Transmissões (STM), “formado por um Capitão, seis Sargentos e 63 praças” (CECA, 2015, p. 487), que tecnicamente, dependia do Serviço de Telecomunicações Militares em Lisboa (Golias, 2016). Com a missão de reabastecer e executar a manutenção de todo o material de transmissões, a nível de 3º escalão e 4º escalão de forma limitada, existia um Pelotão de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões (CECA, 2014, p. 488).

Com o aumento da intensidade do conflito e das unidades presentes no TO, é criada em agosto de 1968 uma Companhia de Transmissões, sob a dependência do Comando das Transmissões da Guiné (CECA, 2002, p. 671). Esta apoiou os diferentes escalões de comando, quando o Destacamento do STM esgotava a sua capacidade (CECA, 2002, p. 671).

Em 1971, sob o Comando das Transmissões, passou a existir um Agrupamento de Transmissões, que integrou a Companhia de Transmissões e o Destacamento do STM existentes, para além de incluir uma Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões, aumentando a capacidade de apoio, anteriormente garantido por um pelotão (CECA, 1988, p. 486).

###### **4.1.2. 2º Comandantes, EM e Sargentos Adjuntos dos Comandantes:**

Aquando a nomeação do Brigadeiro Louro de Sousa, para o Cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, é definido na Carta de Comando do Ministro da Defesa Nacional que, o Comandante-Chefe, pode delegar as suas funções de Governo Militar em comandos subordinados, em situações de crise circunscritas em parcela ou parcelas do território (CECA, 2014, p. 73). O mesmo documento define ainda que, em caso de ausência do Comandante-Chefe, o cargo é assumido interinamente pelo Comandante do Ramo mais graduado (CECA, 2015, p. 73).

O Comandante-Chefe Spínola, através da Diretiva N.º 32 de 22 novembro de 1970 define as funções do seu Comandante-Ajuto para a coordenação Operacional, delegando-lhe algumas das suas competências, nomeadamente a apreciação de relatórios de ações e operações e de outros documentos relacionados com a atividade sem necessidade de decisão urgente (CECA, 2015, p. 470).



Relativamente ao Comandante-Chefe Bethencourt Conceição Rodrigues, na Carta de Comandando que materializou a sua nomeação, vem expresso que este é coadjuvado em diversas competências pelo Comandante-Adjunto e nos casos de impedimento ou ausência, o cargo é assumido pelo Comandante do Ramo mais graduado ou antigo (CECA, 2015, p. 403 a 405).

Nos Comandos, Tabela 1, sendo unidades cuja essência é o planeamento, verificamos a existência de Estados-Maiores, a fim de fazer face à complexidade das operações conduzidas pelos escalões subordinados (um ou mais Batalhões) (CECA, 2002, pp. 13, 14). Os Comandos de Agrupamento e os Comandos de Agrupamento Operacionais, tinham um carácter permanente e a sua constituição era definida por nomeação individual (CECA, 2002, p. 591). Os Comandos Operacionais, Comandos de Agrupamento e Operacionais Temporários, tinham a particularidade dos seus Estados-Maiores serem constituídos à custa do pessoal das subunidades à sua responsabilidade (CECA, 2002, p. 596). Nos Comandos, da bibliografia consultada, não foi encontrada qualquer referência a 2º Comandantes.

Relativamente às Unidades de Escalão Batalhão (UEB), Tabela 1, verificamos a existência generalizada de 2º Comandantes e de EM, sendo o Batalhão de Comandos da Guiné, a única UEB de manobra em que não se encontrou qualquer referência à existência de EM, talvez pela natureza das operações que foram efetuadas: independentes de qualquer Comando, em áreas de intervenção do Comando-Chefe ou em coordenação com os Batalhões dos diferentes sectores onde as suas Companhias foram empenhadas ou atribuídas de reforço (CECA, 2002, p. 646).

O Batalhão de Engenharia (BEng) e o Agrupamento de Transmissões, integravam todas as unidades de engenharia e transmissões, respetivamente, sendo consideradas unidades de guarnição normal, operando com o emprego das suas respetivas subunidades em apoio de forças ou da população<sup>2</sup> (CECA, 2002, p. 667 a 672). Relativamente a estas duas UEB, não se encontrou qualquer referência à existência de EM.

---

<sup>2</sup> O BEng colaborou na construção de estradas, edifícios e instrução à população local, em algumas especialidades como pedreiro e carpinteiro (CECA, 2002, p. 667 a 672).



Tabela 1 – Existência de EM e 2º Cndt nas diversas unidades (Comandos e UEB).

Unidades	Estado-Maior	2º Comandante
Comandos de Agrupamento	X	
Comandos de Agrupamento Operacionais (CAOP)	X	
Comando de Agrupamento Temporário	*	
Comandos Operacionais (COP)	*	
Comandos Operacionais Temporários (COT)	*	
Batalhões de Caçadores, Artilharia e Cavalaria	X	X
Batalhão de Comandos da Guiné		X
Batalhão de Engenharia		X
Agrupamento de Transmissões		X

Observações: \* Constituídos geralmente, à custa do pessoal das subunidades da sua área de responsabilidade, apenas para o planeamento de determinadas Operações, ou até que os objetivos que levaram à sua criação fossem alcançados.

**Fonte:** (CECA, 2002).

Da bibliografia consultada, não foi encontrada qualquer referência à existência de Sargentos Adjuntos dos Comandantes.

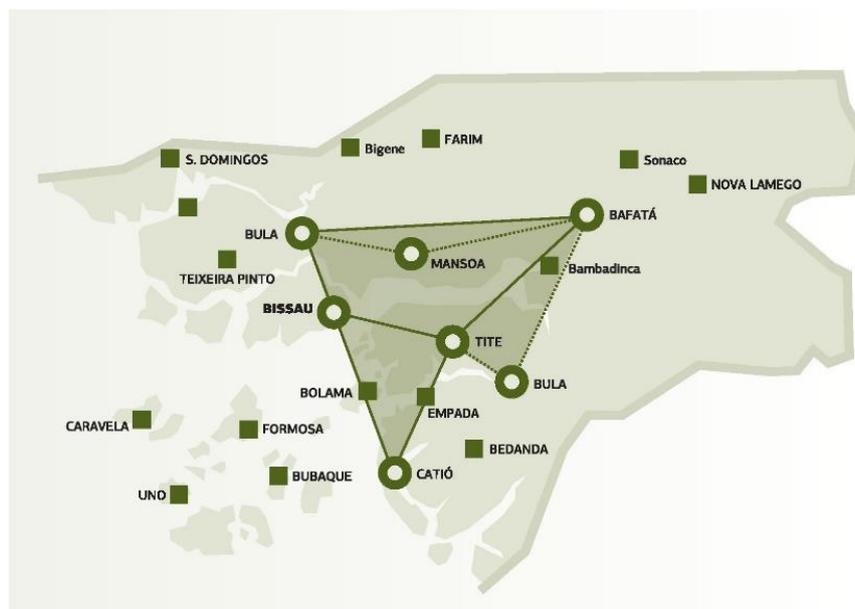
#### 4.1.3. Instrução e Treino

No que diz respeito às unidades operacionais, a fase final da Instrução Operacional culminava com a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) (CECA, 1988, p. 331). As efetuavam um treino com uma duração de três semanas, estando a cargo dos Centros de Instrução Mobilizadores (CIM) (CECA, 1988, p. 332). Face a diversas lacunas detetadas (deficiências na preparação, carência de uma reciclagem após o período da projeção e adaptação ao clima do TO), entendeu-se que parte do IAO, fosse ministrado no TO (CECA, 1988, p. 333. 334). Para tal, o Centro de Instrução Militar e o Campo Militar de Instrução, tinham a missão de ministrar a IAO às unidades de reforço com vista a sua adaptação ao TO da Guiné (CECA, 2002, p. 683 a 685). Nas IAO, a nível de transmissões, eram dadas indicações sobre métodos do uso dos equipamentos que operavam no TO, nomeadamente os E/R AVP-1 que não eram operados por especialistas de transmissões, bem como soluções expeditas para melhorar a qualidade das comunicações (Transmissões, 2008, p. 166).

#### 4.2. Redes

Durante a guerra de África, o Exército estava dotado de um eficiente sistema de comunicações telegráficas e telefónicas que garantia a ligação de Lisboa a cada uma das colónias (Anexo G). Este sistema encontrava-se interligado com as redes operacionais permanentes, de cada TO, permitindo a partir da Metrópole, o controlo do dispositivo militar (Transmissões, 2017).

A ligação do QG à Metrópole era garantida por um centro-emissor, distanciado a cerca de 5 Km do QG, através de um emissor Marconi de 10kw (Transmissões, 2017). Este, através de feixes hertzianos, efetuava a ligação com os emissores/recetores Kaar, com antena dipolo instalados nos diversos Postos de Comando dos Batalhões (Figura 7) (Transmissões, 2017).



**Figura 6 - Ligações rádio na Guiné.**

**Fonte:** (Transmissões, 2008, p. 158).

As diversas unidades operavam em redes táticas e redes de tráfego geral, nas frequências HF e VHF (Figura 7) (Transmissões, 2008, p. 162).

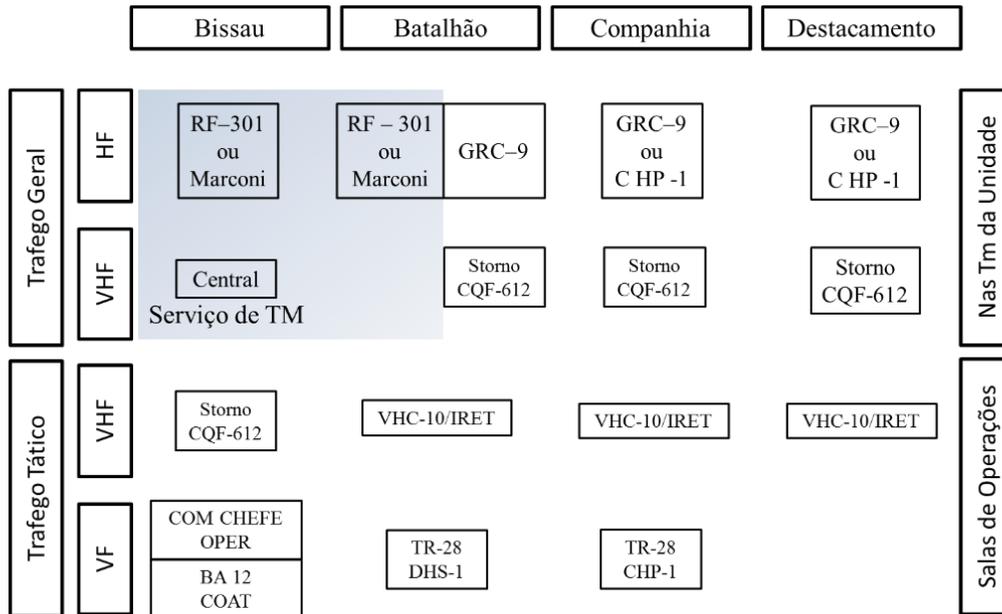


Figura 7 - Esquema básico das ligações rádio.

Fonte: (Transmissões, 2008, p. 162).

#### 4.3. Sistemas de Informação

O aparecimento da informática no Exército ocorre em 07 de outubro de 1959 aquando da criação do Serviço Mecanográfico do Exército (SME) (Lopes, 1997, p. 2). Este tinha como missão geral, cooperar com os diferentes órgãos do Ministério do Exército na elaboração de cálculos, previsões e estatísticas que lhe fossem determinadas, em especial nas operações de registo, classificação, distribuição e mobilização do pessoal e animais do Exército, bem como no registo e movimento das existências de todo o tipo de material e peças de reserva em depósito ou distribuídas às unidades do Exército (Marmelo, 1985, p. 4).

Em 1964, é instalado o primeiro computador do Exército, em Luanda, destinado a processar os vencimentos do pessoal a prestar serviço naquele TO, estendendo-se mais tarde a sua ação à Guiné e Moçambique (Marmelo, 1985, p. 4).

Em 1967, pelo esgotamento da capacidade do equipamento de Luanda, foi instalado no SME, o IBM 360/20 com 12 KB de memória. Com este sistema, eram processados os vencimentos dos militares da metrópole, os editais de incorporação e o processamento dos dados dos militares e civis. No ano de 1969, o sistema foi substituído pelo IBM 360/30, com 64 KB, mantendo-se a sua utilização até 1978, com a mesma tipologia de tarefas (Lopes, 1997, p. 2).



Em 1972, é criada a Comissão de Informática do Ministério do Exército, com a tarefa atribuída de estudar a transformação do SME em Serviço de Informática do Exército, não ocorrendo até ao final do conflito, alterações nas estruturas do Serviços, missão e equipamentos (Marmelo, 1985, p. 5).

#### 4.4. Processos e Procedimentos

O Comandante-Chefe definia sob a forma de Diretivas<sup>3</sup>, as ações a serem executadas pelo seu EM e diversas estruturas de comando subordinadas, enunciando tarefas específicas a executar para alcançar um estado final desejado.

Durante o ano de 1966, no comando do Brigadeiro Arnaldo Schulz, foi emitida a Diretiva relativa às “Normas para Orientação, Identificação e Conduta das NT em Operações” (CECA, 2014, p. 378 a 385). Nesta diretiva, a nível do planeamento, o Comandante-Chefe identificava considerações que deveriam ser tidas em conta nos diversos escalões, nomeadamente: a determinação objetiva e real da duração do deslocamento das forças; a definição exata da hora de ação no objetivo, particularmente aquando o emprego de fogos aéreos ou de artilharia; a definição antes da saída para a operação da localização da base de partida para o assalto ao objetivo, locais de recolha, locais de evacuação; estudo prévio das modalidades de ação do In e sua comparação com a das NT e a previsão dos movimentos auto apenas nos itinerários onde as probabilidades de contacto com o IN sejam reduzidas (CECA, 2014, p. 382)

Em 1968, aquando da chegada General Spínola, através da Diretiva n.º 44/68 de 01 de outubro, definiu claramente as atribuições a cada escalão de comando no processamento da ação operacional, em matéria de planeamento, execução, controlo e fiscalização (Antunes, 1995, p. 360). Assim, define que ao Comandante-Chefe, compete a definição do conceito de manobra à escala do TO da Guiné (com uma periodicidade mensal, reuniões de comandos e Diretivas), a elaboração de diretivas executórias respeitantes à concretização da manobra num adequado dispositivo terrestre, a coordenação dos três Ramos das FA, exercer fiscalização da atividade operacional (Antunes, 1995, p. 360).

Ao CTIG, competia concretizar a manobra definida pelo Comandante-Chefe, através da articulação do dispositivo quando necessário, fixação de zonas de ação, fiscalização da atividade operacional da sua dependência, garantir o aviso das forças terrestres sobre ações

---

<sup>3</sup> As diversas diretivas dos Comandantes-Chefes podem ser consultadas na Resenha Histórico-militar das Campanhas de África - 6º Volume, da CECA, EME.



de fogo conduzidas pela Força Aérea, prestar assistência técnica aos escalões de comando subordinados e responder às suas solicitações e quando ultrapassar a sua competência, providenciar junto do Comando-Chefe (Antunes, 1995, p. 360).

Ao Comando do Agrupamento, propor alterações ao dispositivo, fixar missões de caráter permanente aos batalhões e companhias com aprovação prévia do CTIG, planear e coordenar operações ao nível do Agrupamento, fiscalizar a atividade operacional das unidades na sua dependência, prestar assistência técnica aos escalões de comando subordinados, responder às suas solicitações e quando ultrapassar a sua competência, providenciar junto do CTIG (Antunes, 1995, p. 360).

Ao Comando de Batalhão, propor alterações ao dispositivo, fixar missões às companhias com aprovação prévia do Comando do Agrupamento, fiscalizar a atividade operacional das Companhias, prestar assistência técnica às companhias, planear e coordenar ações operações de batalhão (Antunes, 1995, p. 361).

Ao Comando de Companhia, garantir a continuidade da atividade operacional na ZA atribuída e solicitar ao comando superior meios de reforço indispensáveis para o cumprimento da missão. Sempre que o Comandante-Chefe verificasse que o rendimento operacional não era alcançado (com os meios e missão atribuídos tidos como adequados), responsabilizava o Comandante de Companhia e os seus escalões superiores de comando, responsáveis pela supervisão (Antunes, 1995, p. 361).

No período referente ao Comandante-Chefe Bethencourt Conceição Rodrigues, este determina na sua Diretiva de 21 de outubro, que todos os níveis de comando devem estudar e adotar medidas adequadas para diminuir os efeitos causados pela ação do In sobre as tropas, sendo imprescindíveis a revisão de planos, elaboração de planos de fogos adequados e condução de treinos em tarefas críticas (reações a emboscadas, por exemplo) (CECA, 2015, p. 286 a 288).

#### **4.5. Instalações e equipamentos**

No início do conflito, todas as dependências da Delegação do STM, ficaram instaladas junto do QG do CTIG, nomeadamente a chefia da Delegação, um posto de rádio, um centro de mensagens, uma central telefónica e as oficinas (Transmissões, 2017).

Em 1971, com a criação do Agrupamento de Transmissões, Figura 9, foram-lhe atribuídas instalações próprias, com grandes pavilhões ao estilo colonial (Transmissões, 2008, p. 161). A Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões



tinha duas oficinas avançadas de material de transmissões onde era efetuada a manutenção de 3º escalão, localizadas em Bissau e Bafatá (CECA, 1988, p. 486).



**Figura 8 - Agrupamento de Transmissões na Guiné (Bissau).**

**Fonte:** (Transmissões, 2017).

Em 1966, começam a ser distribuídos os rádios CHP-1, em substituição do HF-156, destinados às ligações HF entre as forças em operações (CECA, 2014, p. 488). Em 1973, também nas frequências HF, recolhiam-se os últimos rádios AN/GRC-9 americanos e substituíam-se pelos RACAL TR-28, sul-africanos (Transmissões, 2008, p. 165).

Em instalações fixas, eram usados os NA/PRC-10, já antigos e os IRET PRC-239, italianos, com antenas RC-292 (com plano terra) em mastros CTH de cerca de 9 metros (Transmissões, 2008, p. 165).



**Figura 9 – Rádio NA/GRC-9.**

**Fonte:** (Transmissões, 2017).



A estes meios, ligavam-se os rádios portáteis AVP-1 e IRET PRC-236. As comunicações de VHF, apenas eram perturbadas pelas árvores de grande porte ou mata, mas como o território é praticamente plano (máxima elevação de 300 metros na região sul), os meios VHF eram geralmente eficazes (Transmissões, 2008, p. 166).

A partir de 1973, foram utilizados com sucesso nas comunicações táticas os rádios Suecos da família STORNO (Transmissões, 2017). Estes equipamentos trouxeram uma maior liberdade de movimentos (pela sua portabilidade e pela antena ser curta em helicoide encapsulada), para além de permitirem a transmissão de mensagens codificadas (Transmissões, 2008, pp. 167, 168). Pela sua fiabilidade, capacidade de codificação e por permitir chamadas bitonais melhorando a segurança das comunicações, o seu emprego alargou-se às comunicações fixas (Transmissões, 2008, p. 167).



**Figura 10 – Rádio STORNO.**

**Fonte:** (Transmissões, 2017).



## Conclusões

A investigação levada a cabo permitiu concluir a existência de semelhanças entre a atual do conceito da função de Comando-Missão e a forma como era aplicado por parte dos Comandantes Chefes em função no To da Guiné, principalmente do Brigadeiro António de Spínola.

Na direção do processo operacional, podemos concluir que os vários Comandantes, principalmente o Brigadeiro António de Spínola, que possuía uma perfeita perceção da vaiável social, através da implementação dos congressos do povo, permitiu-lhe identificar diversos problemas. No âmbito da visualização e através da análise efetuada ao planeamento detalhado da operação Tridente, permitiu identificar o conhecimento que as NF possuíam das várias variáveis de missão, sendo fatores reveladores dos estudos levados a cabo no TO. O passo seguinte, descrever o processo operacional, foram identificadas as diretivas emanadas pelos comandantes-chefes onde em todas é possível identificar qual o estado final pretendido. Ao nível tático, também existia a preocupação de no planeamento e difusão de ordens ser transmitido a todos qual era a intenção clara e inequívoca. Por fim na direção do processo operacional, era exercida através dos planos e ordens difundidos, especificando a missão. Foi possível identificar a necessidade de ser o comandante a entidade primeiramente responsável pela preparação e difusão do plano ou ordem.

No capítulo 3 foi abordado a condução do processo operacional. Pretendeu-se identificar como o EM planeava, preparava, executava e avaliava as operações. Com base nos quatro comandantes chefes que estiveram no TO durante o período do conflito, e analisando diversa documentação foi possível deduzir de que forma as NF executam o seu planeamento, nomeadamente na forma como estavam articuladas no TO e além disso, como eram planeadas as atividades operacionais durante os quatro períodos temporais. Foi possível constatar as alterações que foram introduzidas principalmente por Spínola e verificado que os oficiais que integravam o seu EM eram elementos da sua inteira confiança. Na parte da execução, a preocupação estava mais centrada nos mais baixos escalões. Mais uma vez, Spínola introduziu algumas alterações durante o seu mandato, criando zonas de intervenção do comandante chefe, em que apenas as unidades de operações especiais realizavam operações. Por fim, a avaliação, encontra-se materializada com a elaboração de relatórios, designadamente por ensinamentos colhidos, elaborado pela 3ª Repartição do QG do CTIG. Por outro lado, e novamente durante a permanência de Spínola no TO, o aumento



do moral dos soldados era a sua maior preocupação, desta forma, conduziu diversas visitas, mesmo nos locais mais improváveis para poder estar com a sua tropa.

Relativamente ao sistema de Comando-Missão, na sua componente do pessoal, identificou-se os efetivos presentes no teatro que a materializavam. Assim, foi possível concluir que no início do conflito os elementos estacionados na Guiné pertenciam a um destacamento de transmissões, evoluindo para um Agrupamento no final do conflito. Além disso, foi possível identificar quais as unidades que possuíam um EM e 2º Comandante, permitindo desta forma planear e conduzir as operações. Outro aspeto identificado foi a instrução e o treino que era ministrado no TO por forma a realizar uma adaptação ao clima. Quanto aos meios de comunicação, o Exército estava dotado de um eficiente sistema de comunicações que permitia as comunicações com Lisboa e com os Postos de Comando dos Batalhões espalhados no TO. Os sistemas de informação, sobre a tutela do SME, embora existindo, não serviam a direção e condução do processo operacional no TO da Guiné. Os processos e procedimentos adotados pelos vários Comandantes Chefe, assumiam a forma de diretivas, que definiam as ações a serem executadas pelo seu EM bem como as diversas estruturas de comando subordinado. As instalações e equipamentos também foram identificados, com os aquartelamentos das unidades de transmissões e equipamentos rádio que operavam no TO.

Em forma de conclusão, podemos inferir que apesar de o conceito não existir à altura, este era em quase toda a totalidade aplicado, relacionando-se com os aspetos centrais do comando e controlo da época, tendo como figura central o Comandante e o seu EM.



## Bibliografia

- Abreu, P. d., Oliveira, H. d., Nunes, R. & Monteiro, J. V., 1994. *Os Últimos Governadores do Império*. Lisboa: Edições Inapa.
- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Noticias.
- Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2010. *Os anos da Guerra Colonial 1961-1975*. 1ª Edição ed. LISBOA: QuidNovi.
- Antunes, J. F., 1995. *A Guerra de África 1961 A 1974*. s.l.:Circulo de Leitores.
- Botelho, C. I. A., 1987. *A Informática no Exército - Curso Superior de Comando e Direção 1986-1987*. Lisboa: s.n.
- Carmo, H. & Ferreira, M., 1998. *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CECA, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Enquadramento Geral, Volume 1*. 2ª Edição ed. LISBOA: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 1989. *Resenha Histórico-militar das Campanhas de África - 3º Volume*. Lisboa: EME.
- CECA, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Guiné, 3º Volume*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Dispositivo das Nossas Forças Guiné, 3º Volume*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 2002. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Fichas das Unidades, 7º Volume, Tomo II*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 2014. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1973*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 2014. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974. Aspectos da atividade operacional, 6º Volume, Tomo II, Livro I*. 1ª Edição ed. Lisboa: EME.
- CECA, 2014. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Aspectos da Actividade Operacional, 6º Volume, Tomo II, Livro I*. 1ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. 1ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974, Aspectos da Actividade Operacional, 6º Volume, Tomo II, Livro III*. 1ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.



- CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Aspectos da Actividade Operacional, 6º Volume, Tomo II, Livro II*. 1ª Edição ed. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0*. Washington, DC: s.n.
- EME, 1966. *Regulamento de Campanha Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas e África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EME, 2012. *PDE 03-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fortin, M. F., 1999. *O processo de investigação - da conceção à realização*. Loures: Editora Lusociência.
- Gil, A. C., 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Golias, J. S., 2016. *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*. Lisboa: Colibri.
- Lopes, R. M. R., 1997. *O Sistema Informático do Exército - Trabalho de Investigação de Longa Duração CEM 1996-1998*. Lisboa: IAEM.
- Marmelo, J. A. N., 1985. *Informática no Exército sua Implementação - Curso Superior de Comando e Direção 1984-1985*. Lisboa: s.n.
- Marques, J. M., Mendes, M. A. & Carvalho, M., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais, 4ª Edição*. 4ª Edição ed. Lisboa: Gravida.
- Matos, J., 2015. O Início da Guerra na Guiné (1961-1964). *Revista Militar*, Novembro.
- Militar, A., 2010. *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Academia Militar.
- Oliveira, H., 1994. *Os Últimos Governadores do Império*. s.l.:Edições Inapa.
- Pinto, A. C., 2001. *O Fim do Império Português*. s.l.:Livros Horizonte.
- Pires, N. L., 2014. *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.
- Policarpo, F., 2006. *Guerra de África: Guiné 1963-1974*. Lisboa: QuidNovi.
- Policarpo, F., 2006. *GUERRA DE ÁFRICA: GUINÉ: 1963-1974*. Lisboa: QuidNovi.
- Rezola, M. I., 2002. *António de Spínola : Fotobiografias século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rezola, M. I., 2004. *Fotobiografias Século XX - António de Spínola*. Lisboa: Temas e Debates.
- Rodrigues, L. N., 2015. *O Corpo de Estado-Maior*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.



- Shamir, E., 2011. *Transforming Command - The pursuit of Mission Command in the U.S., British, and Israeli Armies*. Standford, California: Standford University Press.
- Sousa, M. J. & Batista, C. S., 2011. *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios - Segundo Bolonha*. Lisboa: Edições Pactor.
- Transmissões, C. d. H. d., 2008. *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão da História das Transmissões.
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/06/20/as-transmissoes-permanentes-do-exercito-1951-a-1977/> [Acedido em 06 junho 2017].
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/historia-das-tm/documentos/stm-comunicacoes-no-contidente-e-ultramar-em-1965/> [Acedido em 06 Junho 2017].
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2014/08/02/contribuicao-para-uma-breve-historia-da-evolucao-das-transmissoes-do-exercito-6/> [Acedido em 06 junho 2017].
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/06/03/a-primeira-delegacao-do-servico-de-telecomunicacoes-militares-stm-na-guine/> [Acedido em 06 Junho 2017].
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/04/15/as-fotos-dos-leitores-2/> [Acedido em 06 Junho 2017].
- Transmissões, C. d. H. d., 2017. *História das Transmissões Militares*. [Online] Available at: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2011/12/23/os-8-magnificos-das-guerras-de-africa/> [Acedido em 06 Junho 2017].
- Vaz, N. M., 2003. *Guiné 1968-1973 - Soldados uma vez, sempre soldados!*. Lisboa: Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Ld<sup>a</sup>.
- Yin, R. K., 2009. *Case study research design and methods*. 4.<sup>a</sup> ed. Londres: Publicações Sage.



## **Anexo A — Extrato da Ordem de Operações nº1/63 do Comandante-Chefe de 01 de agosto**

- acção de interdição em situações bem definidas;
- acções de pára-quedistas.

### **(3) Corpo de Voluntários**

Nas diferentes localidades em que estejam organizados Corpos de Voluntários pode ser utilizada a sua colaboração.

## **2. Missão**

- Detectar, neutralizar ou aniquilar os elementos terroristas e subversivos por forma a assegurar a todo o custo a ocupação territorial da Província da Guiné, a proteger as populações e os centros vitais e a manter ou estabelecer a autoridade, segurança e ordem pública.
- No mínimo, criar ao In um clima de insegurança que o impeça de livremente levar a efeito acções de subversão.
- Conquistar a confiança das populações por acções de recuperação e psicossociais intensas.

## **3. Execução**

### **a. Manobra**

É minha intenção, para a presente época das chuvas:

- (1) Adoptar um dispositivo de protecção reforçado com áreas de Companhias mais reduzidas com capacidade de intervenção na sua área. Cada Sector de Batalhão disporá de uma força de intervenção.
- (2) Concentrar os efectivos dispersos em núcleos de Companhia, Companhia (-) ou, no mínimo, Pel (+), de modo a servir de base às operações e a permitir a constituição de “ilhas de defesa”, em que deve ser realizada a organização de terreno adequada.
- (3) Fazer a pesquisa intensa da informação e a sua exploração e difusão imediata em todos os escalões e com todos os meios disponíveis.
- (4) Intensificar a actividade em todos os Sectores e adoptar modalidades de acção tipo comando, baseadas na rapidez e surpresa.



- utilização de efectivos, no mínimo, da ordem de Pel (-) em acções de patrulhamento, emboscadas e golpes de mão, com a duração de 2 a 3 dias.
- considerar a actuação a pé fora dos itinerários como essencial durante essas acções, eliminando ou restringindo ao mínimo os deslocamentos auto.
- usar todas as medidas necessárias à salvaguarda do segredo dessas operações.

(5) Manter o controlo dos itinerários por patrulhamentos frequentes.

(6) Reduzir a utilização de meios auto ao transporte de tropas a longa distância, ao transporte de armamento pesado e ao reabastecimento das tropas.

Dar preferência, sempre que possível, ao transporte por via marítima ou fluvial.

(7) Estabelecer níveis mais elevados de víveres e munições nas sedes de Batalhão, Companhia e Destacamento para fazer face a possíveis isolamentos de subunidades.

(8) Intensificar a acção psicossocial com vista quer à protecção quer à recuperação das populações.

(9) Anx 2 – Modos de actuação. (não apresentado)

#### b. Todos os Batalhões em Sector

- (1) Assegurar a ocupação territorial da sua área;
- (2) Opor-se à infiltração de elementos terroristas no Sector, detectando-os, neutralizando-os ou aniquilando-os;
- (3) Referenciar, capturar ou aniquilar grupos terroristas ou sublevados que se revelem;
- (4) No mínimo, criar-lhes a maior insegurança e dificuldades por forma a impedir-lhes a liberdade de acção;
- (5) Proceder à recuperação e acção psicossocial das populações;
- (6) Anx 3 – Dispositivo.

#### c. Artilharia

BAC:

Apoia o Sector A



## Anexo B — Operação “Tridente”

De 17 a 19Fev, realizou-se a operação “Turbilhão”, com base em nomadizações na região de Gansaude – Ganjamel – Serra Leoa – Garsene – Fulacunda, com forças da CCav 353 e da CCAç 423. A CCAç 417, reforçada por 40 auxiliares, foi a um acampamento In na região de S. Miguel Balanta, reagiu aos ataques deste e capturou 4 elementos. Nesta operação o In sofreu 3 mortos e 3 feridos e mais baixas prováveis.

Em 19 e 20Fev, efectuou-se a operação “Furão”, que consistiu numa coluna de Aldeia Formosa com destino a Gadamael Porto com apoio aéreo. Foram retirados 50 abatizes; abatido 1 elemento In e apreendido armamento.

A operação “Ganturé” foi realizada por um Grupo de Combate/Cart 494, Pelotão Rec “Fox” 42 e um Pelotão da CCAç 555; o Grupo fixou-se, no dia 21Fev, em Ganturé. O Pel Rec “Fox” 42 patrulhou até Guileje e regressou a Ganturé. No dia seguinte o Pel Rec “Fox” e elementos de sapadores, percorreram a estrada Ganturé-Bricama e minaram os caminhos de acesso da fronteira a Gadamael. O Pel/CCAç 555 patrulhou Cabedú Nalú e capturou 3 suspeitos.

No dia 09Mar, iniciou-se a operação “Golf” que decorreu até 12. A Cart 565 progrediu por Bianca, a CCav 353 desembarcou em Gã-Chiquinho para ir a Gandua-Mandinga; esta acção foi coordenada pelas duas Companhias sobre Gã-Formoso, onde pernoitaram; foram queimados 2 acampamentos.

Três GComb/CCAç 617 deslocaram-se, no dia 25, a Cufar, levantando 60 abatizes. Foram atacados por numeroso grupo inimigo. As NT reagiram, provocando ao In 2 mortos e sofrendo 1 ferido ligeiro.

No dia 26Mar, a CCAç 417, com auxiliares, fez uma batida na região de Madina Balanta, tendo tido encontro com o In ao qual provocou 1 ferido; as NT tiveram 1 auxiliar ferido.

### Operação “Tridente”

Como já referido, em 23Dez63, foi publicada a Directiva nº 8 – Operação “Tridente”. Em 06Jan64 foi distribuído o Anexo – Composição e Articulação das Forças.

Destaca-se deste anexo:

- “ - Comandante da Operação – Comandante-Chefe;
- 2º Comandante – 2º Comandante Militar;
- Posto de Comando Avançado - A bordo da Fragata “Nuno Tristão”;
- Comandante das Forças Terrestres - Comandante do BCav 490;
- Comandante das Forças Navais - Comandante da Defesa Marítima;

- OTC - Comandante da Fragata “Nuno Tristão”;
- Comandante das Forças Aéreas - Comandante da Zona Aérea.”

Em 06Jan64 foi divulgada a Ordem de Operações nº 1/64 do Cmdt das Forças Terrestres (Tenente-Coronel de Cavalaria Fernando Marques Cavaleiro).

Desta ordem de operações transcreve-se:

“- Composição e articulação das forças:

- Comando do BCav 490
- Agrupamento A: - Cmdt – Maj Cav Romeiras
- CCav 487 (Cap Cav Cidrais)
- Destac Fuz Especiais 7 (1º Tenente Pacheco)
- Agrupamento B: - Cmdt – Cap Cav Ferreira
- CCav 488 (Cap Cav Arrabaça)
- Destac Fuz Especiais 8 (1º Tenente Calvão)
- Agrupamento C: - Cmdt – Cap Cav Cabral
- CCAç 489 (Cap Cav Pato Anselmo)
- Agrupamento D: - Cmdt – 1º Tenente Faria de Carvalho
- Destac Fuz Especiais 2 (1º Tenente Faria de Carvalho)
- Agrupamento E: - CCAç 557 (Cap Inf Aires)

Situação

Forças Inimigas

- O conjunto das ilhas de Caiar, Como e Catunco – região importante em recursos locais, pelas culturas de arroz e armentio – é controlado pelos terroristas desde princípios de 1963.
- Esta região constitui para o In:
  - uma base a partir da qual flagela e dificulta a navegação para o extremo Sul da Província;
  - um ponto de apoio de uma das suas linhas de reabastecimento;
  - A população das ilhas, na sua maioria coagida, colabora com os terroristas.



- Os mais importantes núcleos In encontram-se na área central arborizada de Cassaca. Dispondo nas tabancas de abrigos à prova de ataques aéreos, tem reagido agressivamente àquelas acções, em especial na área de Caiar.
- O In, bem enquadrado e com um grau de instrução razoável, dispõe de armamento ligeiro, incluindo armas automáticas, em qualidade apreciável.  
Presentemente o seu moral não é elevado.
- Há notícias que referem:
  - Ilha do Como - Chefe Saja e 2º Chefe Pan Sau.
  - Ilha de Catunco - Chefe Sumba Na Quedum, tendo como subchefe Imbali Na Noi e Sia Na Ba.
  - Ilha de Caiar - Chefe Bacar Sambu (beafada), Abdu Sandem (beafada) e Ansumane Indjai (nalú).
  - Segundo declarações de prisioneiros, encontram-se na ilha de Como 15 elementos da República da Guiné, fardados de caqui e com capacete, havendo 1 capitão e 1 alferes e dotados com o seguinte material:  
2 metr pes, 2 metr lig, várias pmetr, esp e pist.
  - Apesar de não dispor de informações que permitam determinar concretamente a sua capacidade defensiva, considera-se que o In não deve opor-se ao êxito do nosso desembarque nem, eficazmente, à progressão, limpeza e ocupação das ilhas.

#### Forças Amigas

- O Comandante-Chefe determinou que se efectuasse a Operação “Tridente” nas ilhas de Caiar, Como e Catunco.
- FN, têm por missão:
  - garantir o prévio isolamento da zona de operações, tendo em especial atenção os rios Comol, Cobade e Cumbijã;
  - comandar e dirigir o transporte das forças de desembarque até aos locais de desembarque;
  - estabelecer cabeças de praia e proteger o desembarque;
  - reforçar, após o desembarque, as FT com os Destacamentos de Fuz Esp;

- apoiar pelo fogo, sobre objectivos definidos que se revelem ao seu alcance;
- garantir o transporte e desembarque dos meios necessários ao apoio logístico das forças desembarcadas.
- FA, tem por missão:
  - cooperar com as FN no isolamento da zona de Operações;
  - acções de reconhecimento em proveito das FN e forças desembarcadas;
  - transporte e ligação, em especial abastecimentos de emergência e evacuações sanitárias.

#### Reforços

- 3 Destacamentos de Fuzileiros Especiais, após o desembarque<sup>3</sup>.

#### Missão

- Desembarcar nos locais pré-determinados a coberto de cabeças de praia estabelecidas pelos Destac Fuz Especiais;
  - Ocupar rapidamente as regiões de Caiar (pov), Cauane e posteriormente Catunco Balanta e Cametonco, capturando ou, se necessário, aniquilando os grupos terroristas e ocupando ou destruindo as suas instalações;
  - Efectuar a limpeza, contínua e sistemática, das zonas atribuídas;
  - Reabastecer as FN, quando desembarcadas;
  - Proceder à ocupação militar, à recuperação da população e controlo dos recursos locais e facilitar o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.

#### Execução

#### Conceito da Operação

- Realizar uma actuação em força no conjunto das ilhas de Caiar, Como e Catunco, nas seguintes condições:

<sup>3</sup> Posteriormente, também houve os seguintes reforços: Grupo de Comandos a 21 homens; Pelotão Pára-quedista 111; Pelotão de Morteiros do BCaç 600; Pelotão de Artilharia, a 2 bocas de fogo 8,8 cm, do BCaç 619; carregadores indígenas e guias Fulas.



Numa 1ª Fase:

- Por desembarques simultâneos em L3 e L4, progredir por forma a, aproveitando os obstáculos naturais, isolar a ilha de Caiar da ilha de Como;
- Desembarcar em D+1, ou quando a evolução da situação o aconselhar, em L6 e L13;
- Bater separadamente cada uma das ilhas de Caiar, Como e Catunco, ocupando o mais rapidamente possível as regiões de Caiar (pov), Cauane, Catunco Balanta e Cametonco.

Numa 2ª Fase:

- Efectuar a limpeza contínua e sistemática das zonas atribuídas.

Numa 3ª Fase:

Num 1º tempo:

- Libertando o máximo de efectivos da ilha de Caiar e de Como, tomar disposições que permitam o envolvimento da mata de Cassaca;
- Desembarcar em L8 e apoderar-me da mata de Cachil, completando o envolvimento.

Num 2º tempo:

- Reduzir e limpar a mata.
- Criar condições que permitam o mais rapidamente possível o reabastecimento normal das forças desembarcadas.

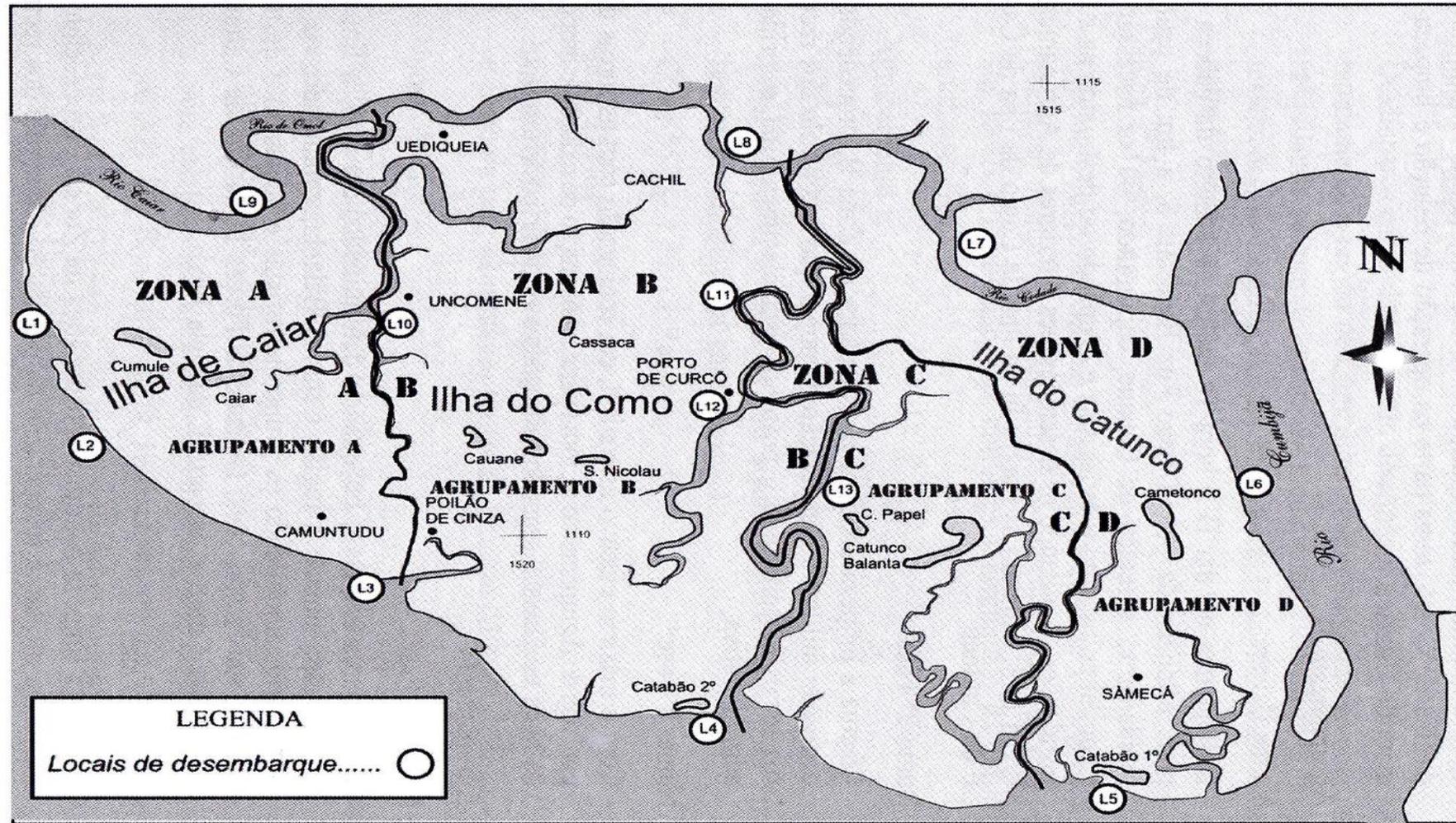
Agrupamento A

Numa 1ª Fase:

- Desembarca no dia D à hora H em L3 a coberto da cabeça de praia estabelecida pelo Destac Fuz Especiais 7, a fim de ocupar rapidamente a região de Caiar (pov), capturando, ou se necessário, aniquilando os grupos terroristas e ocupando ou destruindo as suas instalações, isolando as Forças In da ilha de Caiar, da ilha de Como.

Numa 2ª Fase:

- Efectua a limpeza contínua e sistemática da Zona A procedendo à ocupação militar, à recuperação da população e controlo dos recursos locais e facilitando o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.



ANEXO 1 À O OP Nº 1/64 do Cmdt das FT



Numa 3ª Fase:

- Com o máximo efectivo disponível, em conjugação com as forças da ilha de Como, toma parte na operação de redução e limpeza da mata de Cassaca.

Agrupamento B

Numa 1ª Fase:

- Desembarca no dia D à hora H em L4, a coberto da cabeça de praia estabelecida pelo Destac Fuz Especiais 8, a fim de ocupar rapidamente a região de Cauane, capturando, ou se necessário, aniquilando os grupos terroristas e ocupando ou destruindo as suas instalações, facilitando os desembarques ulteriores do Agrupamento C em L13, isolando as Forças In da ilha de Como da ilha de Caiar e de Catunco.

Numa 2ª Fase:

- Efectua a limpeza contínua e sistemática da Zona B, procedendo à ocupação militar, à recuperação da população e controlo dos recursos locais e facilitando o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.

Numa 3ª Fase:

- Com o máximo efectivo disponível, em conjugação com as forças disponíveis do Agrupamento A, toma parte na operação de redução e limpeza da mata de Cassaca segundo instruções a difundir posteriormente.

Agrupamento C

Numa 1ª Fase:

- Desembarca em D+1, ou quando determinado, em L13, a fim de ocupar rapidamente a região Catunco Balanta, capturando, ou, se necessário, aniquilando os grupos terroristas e destruindo as suas instalações, isolando as Forças In da ilha de Catunco da ilha de Como e da parte E daquela ilha.

Numa 2ª Fase:

- Efectua a limpeza contínua e sistemática da Zona C, procedendo à ocupação militar, à recuperação da população e controle dos recursos locais e facilitando o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.

Agrupamento D

Numa 1ª Fase:

- Desembarca em D+1, ou quando determinado, em L6, a fim de ocupar rapidamente a região de Cametonco, capturando, ou, se necessário, aniquilando os grupos terroristas e ocupando ou destruindo as suas instalações, isolando as Forças In da parte E da ilha de Catunco da parte W da mesma ilha.

Numa 2ª Fase:

- Efectua a limpeza contínua e sistemática da zona D, procedendo à ocupação militar, à recuperação da população e controlo dos recursos locais e facilitando o posterior estabelecimento da autoridade administrativa.

Agrupamento E

Numa 1ª Fase:

- 1 Pel desembarca em D+1, ou quando determinado, para fazer a segurança imediata da base logística.
- CCaç 557 (- 1 Pel) - Reserva

Numa 2ª Fase:

- CCaç 557 (- 1 Pel) desembarca à ordem em L8, ocupa a mata do Cachil e colabora com as restantes forças na limpeza da mata de Cassaca.

Numa 3ª Fase:

Mantém a ocupação militar na ilha de Como, após o reembarque das restantes forças. [...]"

Do Anexo 3 desta Ordem de Operações, extrai-se:

- “a. Será estabelecida uma base logística em L3, destinada a apoiar os Agr A e B, a partir de D, se possível, ou em D+1.
- b. Os Agr C e D terão a sua base logística no batelão “Lima”, fundeado no rio Cumbijã, a partir de D+1.
- c. O Agr E terá a sua base logística no batelão “Sado” fundeado no rio Caiar, a partir de D+1.”



## Anexo C — Decreto-Lei n.º 43351 de 24 de novembro de 1960

- f) Unidades territoriais, das armas e dos serviços;
- g) Campos de instrução;
- h) Outros órgãos de execução dos serviços que nas regiões militares ou comandos territoriais independentes hajam sido incluídos.

Art. 11.º Os comandantes das regiões militares e dos comandos territoriais independentes dependem do Ministro do Exército, por intermédio do chefe do Estado-Maior do Exército, para efeitos de preparação, mobilização, administração e disciplina dos elementos sob o seu comando.

Integram-se ainda na cadeia de comandos operacionais constituída na dependência do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. E quando assumam, de acordo com as disposições que constam da sua carta de comando, as prerrogativas de comando unificado, ou de comandantes chefes, ficam, para efeitos operacionais, directamente subordinados ao Ministro da Defesa Nacional.

Compete-lhes, essencialmente, na área da sua jurisdição:

- a) Cooperar na preparação e execução, segundo as directivas do Estado-Maior do Exército, das operações de recrutamento, instrução e mobilização das forças terrestres e dos meios indispensáveis à sua acção;
- b) Comandar superiormente e administrar todos os elementos das forças terrestres existentes, com carácter permanente ou eventual, nas respectivas áreas, com excepção daqueles que, por determinação expressa, estejam subordinados directamente ao Ministério do Exército ou ao Departamento da Defesa Nacional;
- c) Garantir, com carácter permanente, a protecção militar terrestre dos elementos do Exército localizados na respectiva área, colaborando na vigilância e na defesa internas da mesma, de harmonia com os planos estabelecidos;
- d) Preparar, de acordo com as directivas superiores, operações terrestres no quadro operacional de que dependam e criar as condições de reforçar com forças adequadas e a breve prazo outras regiões militares ou comandos territoriais independentes.

Art. 12.º As relações e subordinações a estabelecer entre os comandantes das regiões militares metropolitanas e comandos territoriais independentes com o comandante de Portugal continental serão fixadas pelo Ministro da Defesa Nacional, em diploma especial a elaborar.

Art. 13.º Os comandantes das regiões militares são coadjuvados por um brigadeiro ou coronel tirocinado, 2.º comandante, ao qual será cometida, em especial, a missão de os auxiliar na coordenação de todas as actividades relacionadas com a intervenção do Exército na defesa interna das respectivas áreas.

Nos comandos territoriais independentes as funções de auxiliar da coordenação das actividades respeitantes à intervenção do Exército na vigilância e defesa internas cabem, normalmente, ao respectivo chefe do estado-maior.

Art. 14.º Os comandos territoriais em que subdividem as regiões militares compreendem:

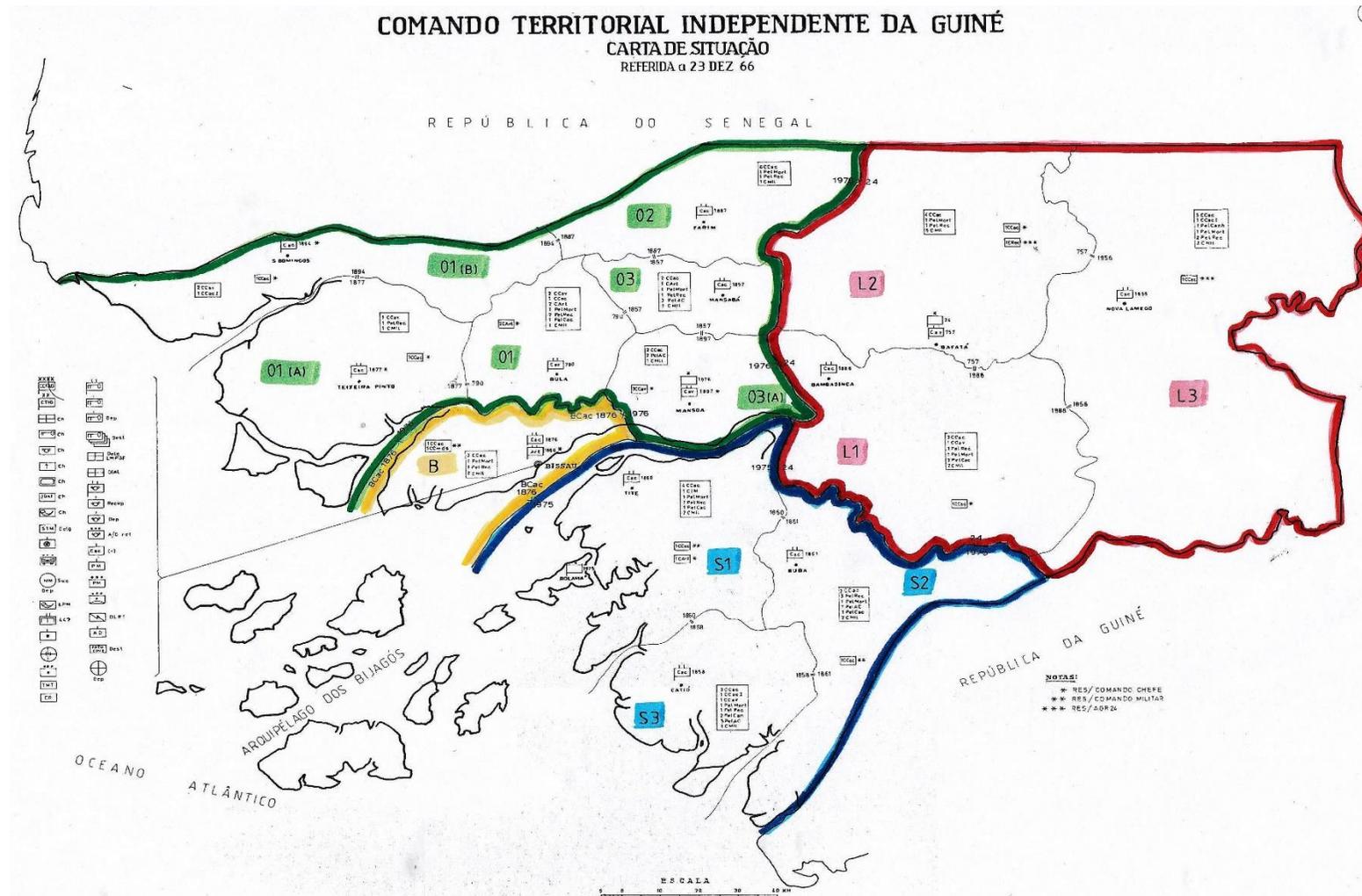
- Comandante e os respectivos órgãos de comando;
- Comandantes e os respectivos órgãos de comando das circunscrições militares, quando constituídas;
- Elementos da respectiva região militar neles instalados e que lhes tenham sido atribuídos.

Art. 15.º Aos comandantes territoriais competem, na área da sua jurisdição, funções semelhantes às referidas no artigo 11.º, tomado em consideração o respectivo escalão de comando.

Art. 16.º Os comandantes das circunscrições militares dependem, em princípio, directamente dos comandantes territoriais respectivos para todos os efeitos, competindo-lhes exercer, essencialmente, funções de disciplina e de coordenação operacional dos elementos do Exército nelas instalados, em particular no que se refere à colaboração na defesa interna da respectiva área.



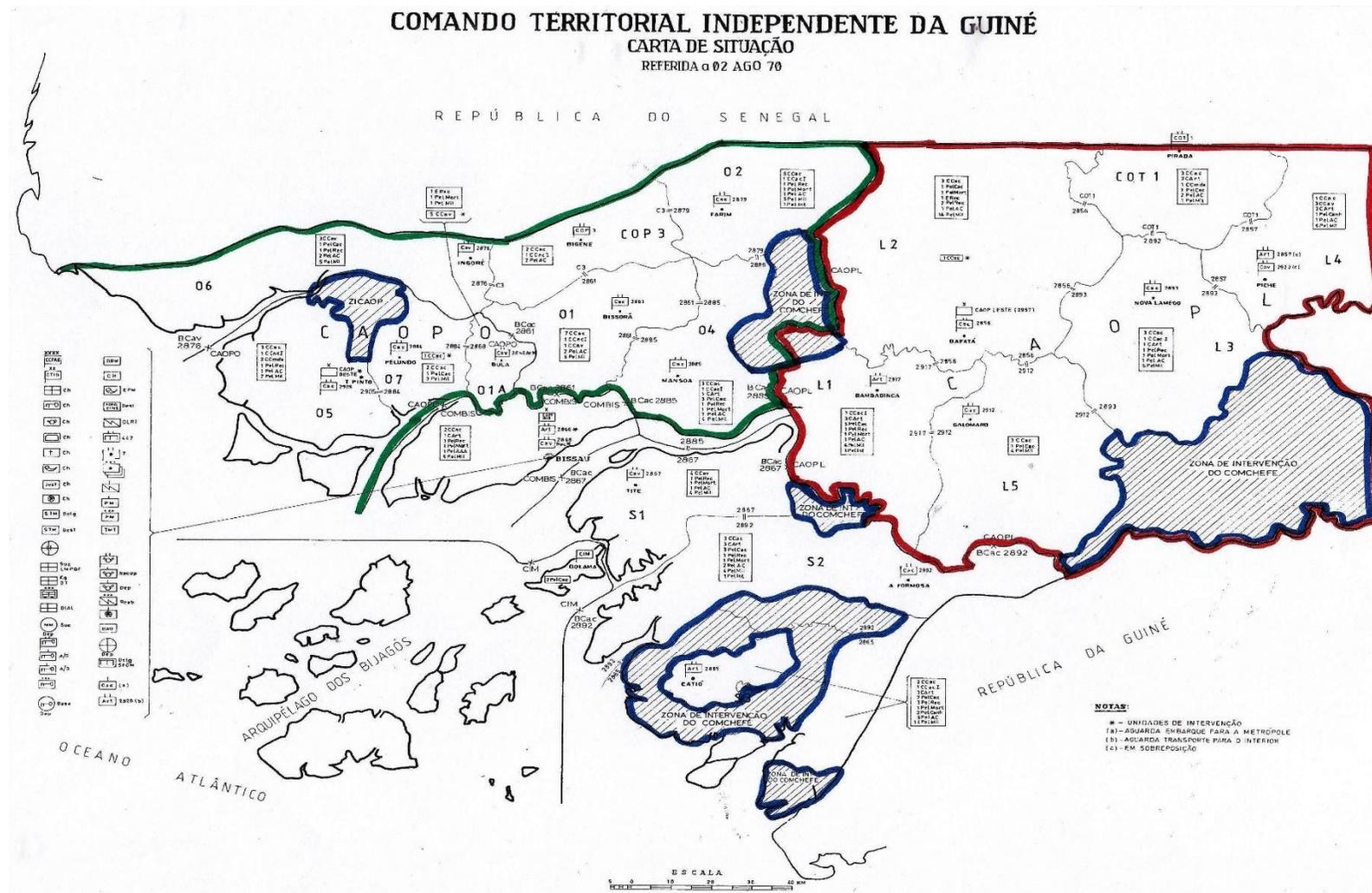
Anexo D — Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 23Dec66)



Fonte: (CECA, 1989)



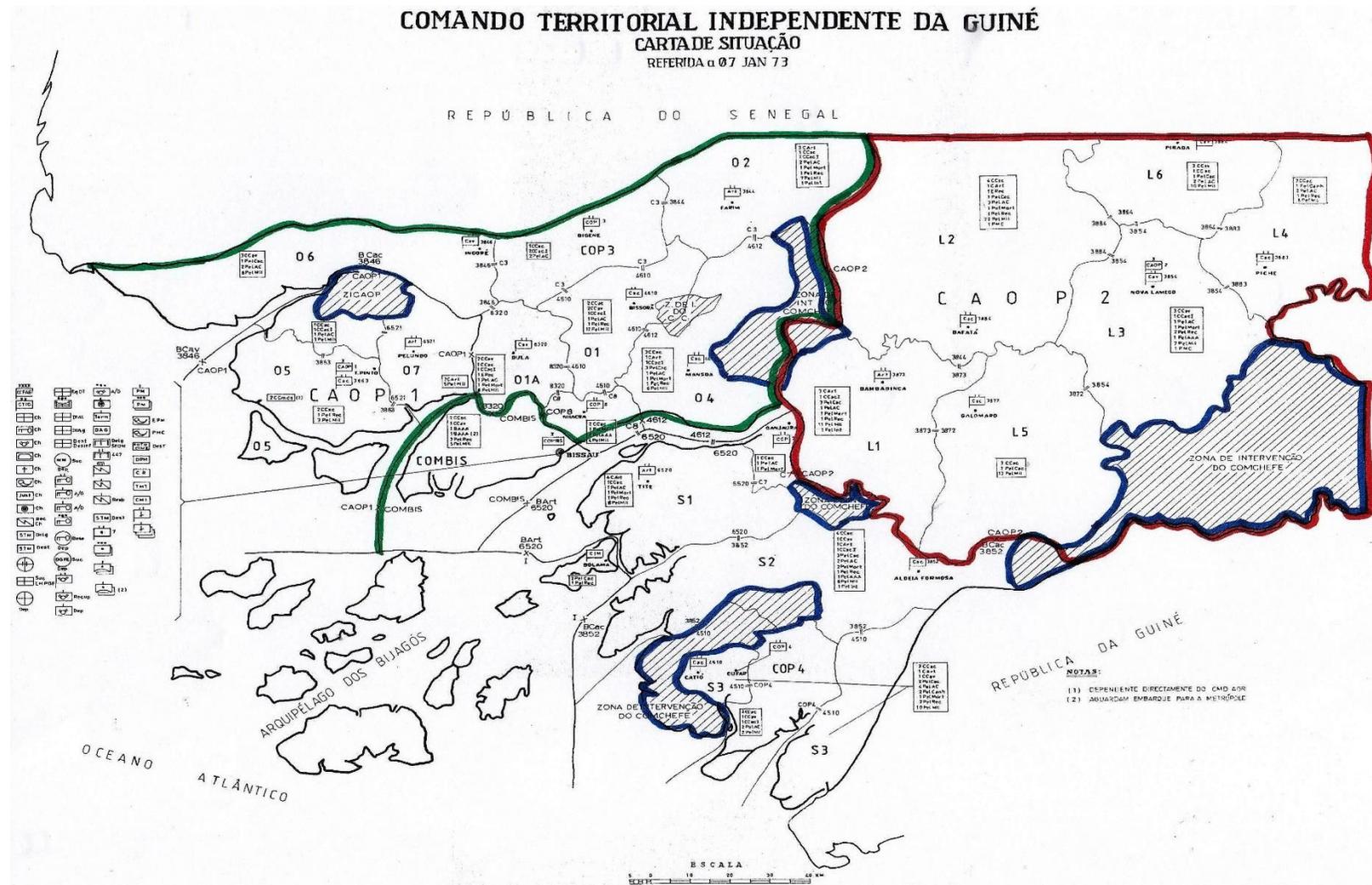
Anexo E — Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 02Ago70)



(CECA, 1989)



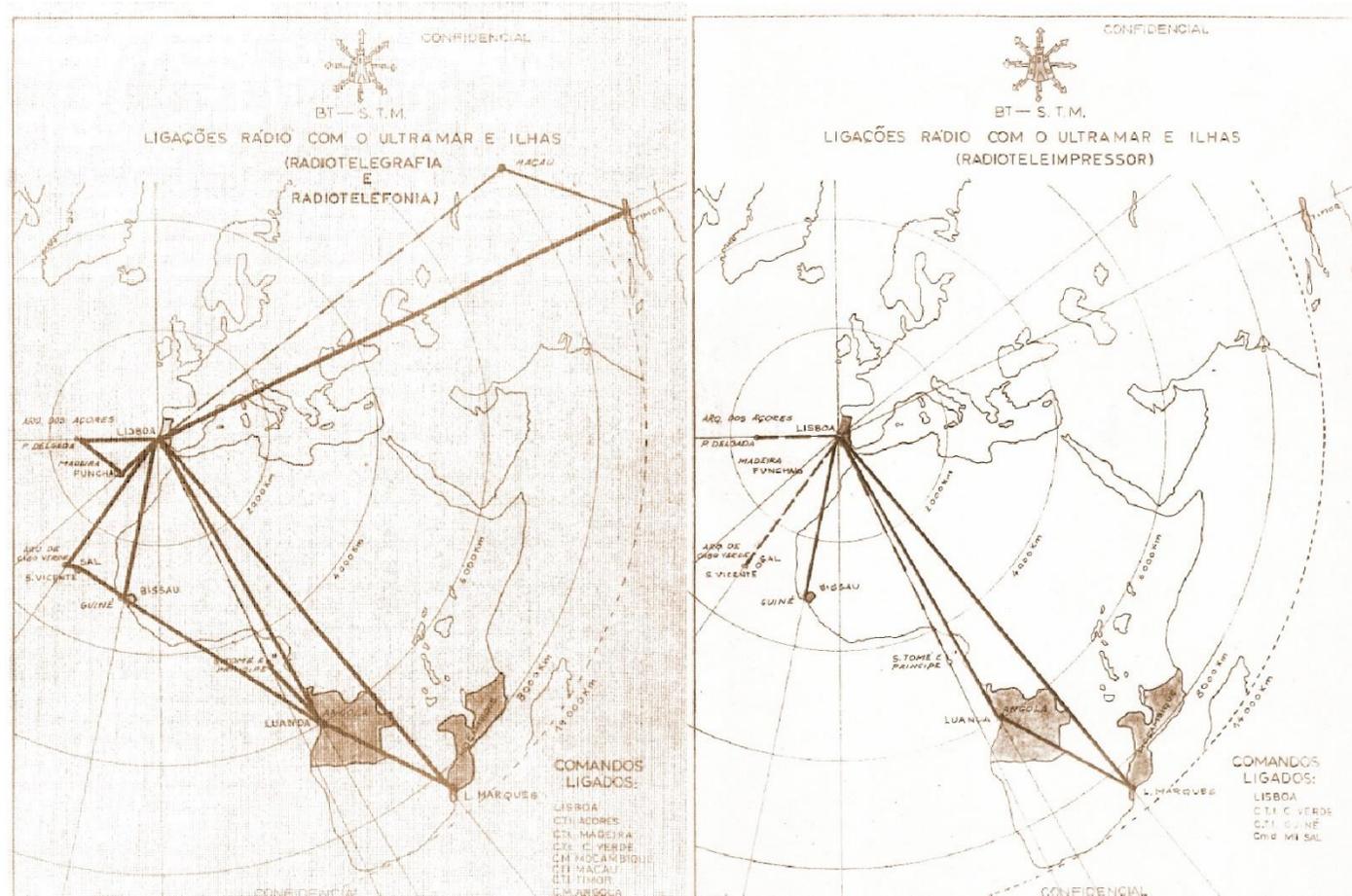
Anexo F — Comando Territorial Independente da Guiné (Carta de Situação Referida a 07Jan73)



(CECA, 1989)



Anexo G — Ligações rádio com as colónias e ilhas (radiotelegrafia, radiotelefonia e radioteleimpressora).



Fonte: (Transmissões, 2017).



## Apêndice A — Entrevista com o Capitão Infantaria Armindo Marques

Capitão Infantaria na reforma, Armindo Marques, Colocado no Batalhão de Caçadores nº 10, integrou o TO da Guiné no período de (1963-1964) CompCaç 414/ BatCaç 356.

Foi projetado para a zona Sul da Guiné (Fulaguda, Tite, Bulama, Catió, Nova Sintra, Buba, Empada, Tombali, Priame)

### Enquadrante da entrevista

Atualmente, as Publicações Doutrinárias do Exército compreendem novos conceitos. Cabe-nos identificar as eventuais diferenças, entre as Operações Atuais VS Operações realizadas na Guiné no período (1963-1974). O “Comando-Missão”, termo atual, é definido como a arte do Comando e a ciência do Controlo. O mesmo representa uma visão de Comando em que a delegação de funções e de poderes é efetiva.

1. “O Comando-Missão, compreende os processos e procedimentos utilizados pelo Comandante e EM, consistindo em ferramentas padronizadas, sequenciais que enunciam tarefas específicas a executar para alcançar um estado final desejado”. É exemplo disso, o atual processo de decisão militar, descrito na Publicação Doutrinária do Exército (PDE 5-00). Existia na altura do conflito, algum processo semelhante utilizado pelos EM?

Naquela época, o Governador da Guiné era Gen Arnaldo Shulz. Havia muito pouca documentação disponível para quem estava nas fileiras. Os Oficiais mais antigos, estavam muito imbuídos da guerra 39-45 (2ªGM) e das respetivas táticas aplicadas.

Logo no início da guerra, período em que fui projetado (1962-1964), tentaram implementar essas mesmas técnicas, o que se veio a verificar que não resultava, daí causar muitas baixas. Ali vivia-se um estilo de guerra novo. A contra-guerrilha. “A guerra do bate e foge”. E para se fazer frente a esta guerra, não havia doutrina consolidada.

2. “A eficácia do Comando-Missão é determinada pela eficácia da liderança dos Comandantes e do treino dos soldados, com vista ao alcance dos objetivos definidos”. De que modo a organização do dispositivo, com a criação dos Comandos de Agrupamento Operacionais e os Comandos Operacionais, contribuíram para a flexibilização da ação do Comando e para uma mais eficiente utilização dos meios humanos?



Nos fomos dos primeiros a serem projetados para aquela zona do sul da Guiné. Nem sequer havia aquartelamento. Fomos reforçar um Batalhão que já lá estava e que tinha sofrido muitas baixas. A nossa companhia era constituída por 1 secção de comando, 3 pelotões de combate e 1 pelotão de Apoio de Combate com armamento pesado.

3. Na sua opinião existia delegação de funções e poderes nos comandantes subordinados, bem como a transmissão da ideia que estes comandantes deveriam ter a capacidade e vontade para decidirem por si?

A delegação de poderes acontecia na medida em que a nossa companhia atuava isolada, e diversas vezes, os pelotões tinham missões independentes. O planeamento era praticamente nulo, e os comandantes de companhia e de pelotão tinham que decidir mediante a adversidade do TO.

4. O processo operacional tem um grande foco na compreensão do ambiente operacional através das Variáveis Operacional (Política, Militar, Económica, Social, Informações e Infraestruturas). Na sua opinião, o Comandante-Chefe da Guiné-Bissau compreendia efetivamente o ambiente através das diversas variáveis operacionais? Quais as variáveis mais analisadas e estudadas pelo Comandante?

O Comandante-Chefe compreendia a dificuldade do como saber lidar naquele território, com aquela população com características próprias, face a situação socio-económica precária que se vivia. No entanto, as primeiras interpretações de como fazer a guerra, de como atuar e as estratégias escolhidas, não foram as mais apropriadas nem adequadas.

Daí as primeiras missões terem saído muitas vezes falhadas e sem êxito. Uma vez porque o inimigo não estava na povoação que o comandante dizia estar, outras vezes o inimigo já tinha arrasado as povoações e “saqueavam” tudo, não deixando nada, pois sabiam que nós iríamos abastecer de água e comida local em troca do apoio à população. Os “turras” inclusivamente ameaçavam e matavam os habitantes das povoações de soubessem que nos estavam apoiar.

5. Atualmente, qualquer operação é planeada com base no Processo Decisão Militar (PDM) tendo em conta as “variáveis de missão” (Missão, Inimigo, terreno, meios, tempo disponível e considerações civis) no planeamento de uma operação. Tendo este aspeto em consideração, julga que a visualização do ambiente operacional por parte do Comandante-Chefe era abrangente e englobava todas as variáveis de missão? Existia alguma variável que fosse mais valorizada face às restantes?



Quanto à missão, os oficiais estavam formatados para a 2GM. Utilizavam as mesmas técnicas e táticas, que ali não funcionavam a maior parte das vezes. Daí a necessidade de ter que formar uma força pronta e capaz de fazer face à contra guerrilha. Os “Comandos” apareceram e foram formados nesse âmbito.

A missão era nos atribuída verbalmente pelo escalão superior e seguíamos de imediato prontos para cumpri-la. Assim que chegámos a missão foi instalar a tropa, ocupar cubatas e instalações abandonadas que seriam os nossos dormitórios e local para guardar armamento e munições. Depois tivemos várias missões de reconhecimento de área, em diversas povoações, Operações psicológicas (com intuito de conseguir o apoio da população), captura de material de guerra, captura dos “turras” que instalavam o pânico junto da população, matavam crianças e mulheres.

O inimigo que se nos apresentava estava organizado em pequenos grupos, não tinham uma tática bem definida. Esperavam por nós e quando oportuno disparavam. Após isso fugiam pela mata e era difícil de dar novamente com eles.

O Terreno era pantanoso e com muitos braços de água transversais ao deslocamento. O nível de humidade era muito elevado e dificultava a respiração no início. As cartas militares da zona eram escassas e muito desatualizadas. Tínhamos em permanência um guia, de etnia Fula, chamado João Bacar Jaló. Militar Local conhecedor da região, comandava uma pequena equipa que servia apenas para ajudar a forças militares no terreno, os Caçadores Nativos. Mais tarde, veio a ser Comandante da 1.<sup>a</sup> Companhia de Comandos Africanos da Guiné.

Meios: Viaturas de deslocamento muito obsoletas (Panhard, Unimog); Armamento (EspAut G3, FBP, UZZI, MG42, PistMet Vigneron, 1 alça trilux, 1 aparelho de visão noturna, Grandas Ofensivas e Defensivas. Rádios: ANPRC 10/ AVP-1.

O tempo disponível para a missão, era o necessário para cumprir a missão. Era nos dada determinada missão e só voltávamos depois de estar terminada.

As considerações civis não era uma problemática no momento. Praticamente nada se sabia do que se fazia no mato.

6. Após as tomadas de decisão mais importantes, as mesmas eram difundidas pelos subordinados através de diretivas de planeamento onde era clara a intenção do comandante? Pode referir algum exemplo?

As ordens eram dadas verbalmente e não havia planeamento para a ação. O pessoal era muito bom tecnicamente e usava apenas o treino que tinha tido no aprontamento.



7. A direção das operações era função efetiva do Comandante-Chefe? As operações eram elaboradas pelo Estado-Maior e transmitidas em forma de planos e ordens?

As missões eram dadas pelo escalão superior e eram dadas à companhia verbalmente.

8. O planeamento das operações era efetivado através da análise das várias funções de combate (Movimento e Manobra, Fogos, Proteção, Informações e Apoio de Serviços)?

Os meios eram sempre os mesmos. Eramos apenas reabastecidos de munições. Tínhamos a nossa

9. Para cada planeamento de cada operação, eram formuladas mais do que uma modalidade de ação para cada operação?

A maneira de atuar do Inimigo já era nossa conhecida. Reagíamos ao inimigo, conforme o nosso treino.

10. Eram difundidas pelo EM Ordens de Operações às Companhias/Pelotões? Eram efetuados brífingues de confirmação (no sentido de haver uma perfeita compreensão e entendimento da missão a executar)?

A difusão das ordens era apenas verbal e com muito pouco detalhe. Os comandantes também não sabiam mais. Quem lhes fornecia a informação éramos nós.

11. Consoante o tipo de operação a executar, as forças eram articuladas de acordo com a missão? Eram realizados treinos (orientados para a missão)?

Sim. Dependente da missão poderia ir a companhia toda ou apenas um ou dois pelotões.